

Outono 2000

DOURO10

ESTUDOS & DOCUMENTOS

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

DIRECÇÃO:

Jorge Monteiro (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

José Ângelo Novais Barbosa (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

DIRECTOR-COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Arlene Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Departamento de Fitotecnia e Eng. Rural/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ferreira Monteiro (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia – Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luís Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra).

SECRETARIADO:

Paula Montes Leal, Natália Fauvrelle Ferreira e Adelaide Gil

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 55038 ■ 4051-452 PORTO – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156 ■ E-mail: gehvid@letras.up.pt

Fotografia da capa: «Vista panorâmica da Quinta do Valado» (pormenor) Foto Alvão, ca. 1930. Col. Arquivo Histórico A. A. Ferreira.

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Assinatura anual (2 números):

Instituições: 4000\$00; **Individuais:** 3500\$00

Preço deste número: 3000\$00

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 7

Estudos

Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro 11
José Alves Ribeiro

Procuras urbanas, ambiente(s) e desenvolvimento de regiões do interior 31
Manuela Ribeiro

Tudo em detalhes: instantâneos sobre o comércio de vinho do Porto entre 1777 e 1786 45
Paul Duguid

O castelo da Vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição) 73
Carlos d'Abreu

Outros vinhos

O Vinho Marsala e o Vinho da Madeira (1870-1914) 103
Benedita Câmara

Algumas notas sobre a cultura da vinha e sobre o vinho na «Região do Dão», entre 1600 e 1832 117
João Nunes de Oliveira

Documentos

Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá 137
Aurélio de Oliveira

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784. III 153
Gaspar Martins Pereira (Recolha, nota introdutória e revisão) ■ Margarida Carmo (Transcrição)

Relatórios e notas de pesquisa

Sinais do passado em Marialva, concelho da Meda 173
Carlos A. Brochado de Almeida ■ João Viana Antunes ■ Pedro Baêre de Faria

Projecto de investigação arqueológica no território do Monte do Castelo 219
Susana Rodrigues Cosme

Carlos A. Brochado de Almeida *

João Viana Antunes **

Pedro Baêre de Faria ***

Sinais do passado em Marialva, concelho da Meda

INTRODUÇÃO

A antiga vila de Marialva foi uma das mais importantes terras do actual concelho da Meda, sobretudo, devido ao papel que o seu castelo e povoação desempenharam na defesa da linha da Beira ao longo da Idade Média. Neste domínio pode-se dizer que ombreou com Trancoso, Longroiva, Meda, Ranhados, Sernancelhe ou Penedono, embora não tenha a antiguidade dos três primeiros que, por volta de 960, faziam parte do número de castelos que D. Flâmula possuía nesta região de charneira (Barroca, 1990/91, 94).

As mais antigas referências desta terra estão relacionadas com ocupações lusitanas e romanas.

Mais ou menos pacífico é o facto de Marialva ter sido a capital da *Civitas Aravorvm*, cujo nome está mencionado entre as onze que estão presentes no texto da inscrição da ponte de Alcântara (Alarcão, 1988a, 35-36). O conhecimento da ligação desta *civitas* a Marialva já vem do século XVII, altura em que aí apareceu uma ara consagrada ao imperador Adriano pela *Civitas Aravorvm* e que foi publicada no CIL II 429. Esta, tal como uma outra ara dedicada a Júpiter, actualmente desaparecida, apareceu no interior do castelo, onde ficou até 1944, altura em que foi transferida para o Museu Regional da Guarda (Rodrigues, 1983, 70-71).

■ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da equipa de História Antiga do GEHVID.

■ Arqueólogo. Membro da equipa de História Antiga do GEHVID.

■ Arqueólogo. Membro da equipa de História Antiga do GEHVID.

Tudo parece indicar que o povoado pré-romano se encontre subjacente ao castelo medieval que ocupa a totalidade de um avantajado monte, do cimo do qual se tem uma ampla visão de uma vasta região que se estende da Marofa às portas de Trancoso e a Norte, pelo menos, até às imediações da vila da Meda. Mesmo que peremptoriamente se venha afirmando que a *Civitas Aravorvm* ocuparia o espaço físico do castro de S. Justo (Rodrigues, 1983, 90) ou que tal facto seja somente sugerido (Alarcão, 1988b, 54), no actual estado dos nossos conhecimentos, não nos parece que tal afirmação tenha suficiente fundamentação. Pelo menos, no espaço do castelo, por toda a cerca, não encontrámos ainda vestígios suficientemente credíveis que possam ser atribuídos a uma ocupação pré-romana. Há, por todo o lado, muitos fragmentos cerâmicos que podemos identificar com sendo medievais ou mesmo posteriores. Não faltam os fragmentos de *imbrex*, mas não vimos um que fosse que pudesse ser identificado como *tegula*. Depois, onde param os fragmentos de filiação romana que deveriam acompanhar as duas aras e que com toda a normalidade se encontram em áreas ocupadas por populações de cultura romana?

Sinais de um castro pré-romano, e mesmo de um castelo medieval, há-os mais a Sul, transposta a Ribeira de Marialva, num morro que a toponímia designa por Castelos e, se quisermos fazer fé na inquirição das Memórias Paroquiais de 1758, o castro de S. Justo está no arrabalde do castelo no sítio onde esteve «*hwa Torre que conserva o nome – da Moura, a qual se acha já arruinada*» (Rodrigues, 1983, 215). A fazer fé em Vasco Rodrigues, a famosa Torre da Moura situar-se-ia na Devesa (Rodrigues, 1983, 91), presumimos nós, no sítio da actual povoação, no sopé meridional do castelo e a meio caminho dos vestígios de época romana.

É no vale, a Sul da povoação da Devesa, mais precisamente do outro lado da Ribeira de Marialva, que se sucedem os sinais de uma intensa ocupação de época romana. Os restos de uma tal presença estendem-se por vários hectares, sendo mais palpáveis em dois pontos que distam, entre si, algumas centenas de metros. Um, com colunas, capitéis e canalizações de chumbo, que se concentram num espaço próximo do pontão moderno sobre a Ribeira, junto do caminho que serve a quinta de João de Deus; o outro encontra-se, com toda a facilidade, transposta a velha ponte em cavalete, de traça românica, no enfiamento do caminho para o Rabaçal que passava em sítios de claro interesse arqueológico, como é o caso dos Almares e das quintas do Raças, da Meia Légua e de Perais.

Se exceptuarmos as colunas, os capitéis, a pedra com boa esquadria e muros enterrados que se sabem ter aparecido no primeiro dos sítios, em ambos é comum aparecer cerâmica comum, tijoleira e muita *tegula* e *imbrex*.

Quando confrontado com a densidade e a diversidade de tais sinais de uma aculturação romana, Vasco Rodrigues passou a defender a existência de um tem-

plo na zona da Devesa e de uma necrópole de incineração nos terrenos da quinta da Leveira ou Lobeira como é indicado em alguma toponímia, muito próximo do caminho que se servia da velha ponte românica (Rodrigues, 1983, 91-92). Com tais ditames não esteve de acordo o Prof. Jorge de Alarcão. Para ele, os indícios da Devesa, tendo em atenção as canalizações de chumbo provenientes da oficina de um tal *lul(ii) Flaccilliani*, estão mais de acordo com um balneário (Alarcão, 1998b, 54). Pela nossa parte, tendo em atenção as várias posições e o tipo de vestígios, não nos admiraria que eles pertencessem a uma *villa* e à sua necrópole da qual foram retiradas pontas de lança de ferro, uma lucerna, vários unguentários de vidro e «ladrilhos», um dos quais tinha a seguinte inscrição: PATRI/M.EDE/FICAVIT/QOMIVS/FILIVS (Rodrigues, 1983, 91-95). Finalmente, nada mais natural que as inscrições que apareceram no castelo e no povoado extramuros tenham estado primitivamente na área da Devesa, afinal um óptimo local para aí também ter estado a propalada *Civitas Aravorvm*.

A presença de uma fortificação no alto do monte de Marialva já é conhecida em meados do século XI. Atesta-o uma informação do Monge de Silos que, entre os castelos conquistados, por volta de 1063, por D. Fernando Magno, refere também os de Tarouca e S. Justo (Barroca, 1990-91, 101), este a identificar-se com o futuro castelo de Marialva.

Quando D. Afonso Henriques assumiu a liderança do novo Reino de Portugal, a povoação de Marialva teria uma insignificante presença, tendo presente as necessidades de um povoamento mais eficiente, numa região a braços com ameaças dos vizinhos leoneses e dos mouros, que se movimentavam mais a Sul. A necessidade de fixar antigos moradores e de captar novos aderentes, levou o monarca a conceder-lhe, entre 1157 e 1169, o seu primeiro foral, que foi modelado pelo da vizinha vila de Trancoso (Reis, 90, 172-173).

Mesmo com fraca densidade populacional – a actual também não é lá muito ridente – o território em torno de Marialva continha alguns focos de povoamento. Atestam-no, neste caso, à falta de núcleos habitacionais com garantias de pertencerem àquele espaço temporal, as sepulturas cavadas na rocha que se estendem ao longo do caminho que fazia a ligação com a vizinha aldeia do Rabaçal. Há-as nos Almares, Heróis e área da Quinta do Raças, no Chão do Pio e na povoação, aquelas que quase encostam, pelo lado de fora, à muralha que cercava a vila. Mesmo destruídas, estas sepulturas, que são à volta de uma dezena, estão visíveis nas traseiras da capela de Nossa Senhora de Lurdes, um pouco à semelhança daquelas que estão junto da capela de Nossa Senhora do Torrão, erguida paredes-meias com o castelo de Longroiva, um dos que D. Flâmula incluiu na sua lista de bens (Antunes *et alii*, 1998, 241-248). Mas o rol de sepulturas cavadas na rocha, símbolos da ocupação efectiva do território num momento que medeia entre o fim da dominação árabe e os primeiros tempos da nacionalidade, é bas-

tante mais vasto se procurarmos em redor de Marialva. Estão documentadas na quinta do Moreira, junto à vila da Meda (Almeida *et alii*, 1999, 179-207), nos Muimentos, freguesia de Fonte Longa (Almeida, 1998, 201-210), na Quinta do Paço (Faria *et alii*, 1998, 211-219), nos «Mosteiros» de Casteição (Faria *et alii*, 1998, 230-237), em Ranhados (Antunes *et alii*, 1998, 225-229) ou junto a uma das entradas da muralha da vila de Trancoso.

O aro de Marialva era formado por duas paróquias distintas. A de Santiago compreendia os moradores intramuros, mais os habitantes da Devesa, a aldeia que no sopé meridional do monte fazia a ligação com os terrenos agrícolas situados do outro lado da Ribeira de Marialva. Extramuros, mas fisicamente chegada à muralha da vila, estava a paróquia de S. Pedro.

Com as mudanças operadas na estratégia militar ao longo da Idade Moderna, a povoação amuralhada entrou em declínio e pode dizer-se que errou mesmo em finais do século XVIII (Rodrigues, 1983, 229; Gomes, 1996, 123). A pouca vida que hoje conserva está relacionada com a presença do cemitério paroquial e dos serviços religiosos que são feitos na igreja, uma velha relíquia de portal de traça manuelina. Grande declínio sofreu também a aldeia de S. Pedro. O seu núcleo habitacional, cujo casario arruado e de paredes em granito não rebocado, evidencia, em certos casos, uma filiação aos cânones decorativos do Manuelino, sofreu nos últimos decénios um declínio avassalador. O armamento tomou proporções alarmantes com a sangria da população para outras paragens. Salvou-a de uma morte mais que anunciada um programa comunitário, criado para salvar, recuperar e revitalizar os núcleos históricos mais significativos.

A intenção de recuperar o património não se restringiu às casas e arruamentos. Estendeu-se também à seiscentista igreja de S. Pedro – os restos medievais reduzem-se a uma cruz de sagração inserta num círculo e na parte terminal de uma inscrição (Barroca, 1999, II (1), 569-579) – situada num dos topos da aldeia e que contém um bom conjunto de pinturas murais a ser recuperadas por técnicos especializados. Mais recentemente, a iniciativa privada lançou-se na recuperação do único lagar de vinho, que conserva intactos todos os seus componentes e que funcionava no interior do povoado.

Apesar da importância e da qualidade estética de algumas das suas construções, o verdadeiro *ex-libris* da vila é o castelo, ou mais concisamente, o conjunto defensivo que inclui muralhas e torres, entre as quais se destaca a de menagem, levantada no ponto mais elevado da povoação.

A fazer fé no Monge de Silos já havia aqui castelo – o de S. Justo – em meados do século XI (Barroca, 1990-91, 101). A sua localização decalcaria, mais ou menos, o espaço que posteriormente viria a ser ocupado pelo castelo do século XII, aquele que muito provavelmente foi erguido no reinado de D. Afonso Henriques para defender a região e os moradores da povoação que havia man-

dado povoar. Tal como aconteceu em Numão, um dos que fazia parte do rol de D. Flâmula (Barroca, 1990-91, 94), também aqui o crescimento do povoado foi um facto, algo que levou D. Dinis a repensar o sistema defensivo e a erguer uma cerca que rodeasse e definisse um núcleo urbano que comportava as torres do Relógio, da Relação e dos Namorados. Será no decorrer da segunda metade do século XVI que a fortaleza será objecto de uma série de reformas, patentes na torre de menagem e na cerca que a rodeia (Gomes, 1996, 123) e, sobretudo, no casario que havia dentro e fora de muros. No interior, para além das casas de habitação, havia ainda a casa da câmara, a cadeia, o pelourinho, o poço com acesso directo à cisterna e naturalmente as construções de cariz militar e religioso onde, para além da igreja paroquial, ainda havia as instalações dos Templários, já que Marialva era uma das comendas da Ordem (Rodrigues, 1983, 139).

Convento no interior da cerca e nas aldeias extramuros não havia, mas não podemos esquecer o que existia na encosta oposta ao vale da Ribeira de Marialva, já em território da freguesia de Vale Flor, mas que ao confinar com as quintas da Abadia e do Prazo, o colocava na área de influência do castelo de Marialva. Tendo presente as informações dos párocos que em 1758 deram aso às respectivas *Memórias Paroquiais*, à distância de um quarto de légua, havia um convento de religiosos do patriarca São Francisco, num sítio chamado Vilares e que tinha como patrona Nossa Senhora dos Remédios (Rodrigues, 1983, 210-213).

Quinta e casa conventual estão em total ruína. O que outrora foi uma grande propriedade agrícola, produtora de trigo, centeio e bastante vinho, é hoje uma sucessão de campos abandonados, cobertos de densos matagais ou simplesmente adaptados a pasto de ovinos e caprinos que por ali deambulam. A casa conventual e seus anexos estão em completa ruína. Caíram os telhados da casa e da igreja anexa e as paredes, onde está gravada a data de 1699, ameaçam desmoronar-se porque as raízes das heras infiltraram-se em boa parte da cantaria da antiga fachada. Nas traseiras da igreja esteve o cemitério, mas também este está escondido por camadas de terra e de matagal.

A quinta do Convento confina com duas outras: Prazo e Abadia. Entre estas duas outrora terá havido uma capela cujos alicerces e pedras, com uma esquadria relativamente apurada, se encontram na berma de um caminho que passa junto à casa de habitação da quinta do Prazo. A corroborar esta nossa dedução lá está no *Chão do Pio*, junto com dois tambores de pedra de lagar, parte de um sarcófago de pedra, mutilado, mas que não esconde a sua filiação medieval.

Não podemos terminar estes breves considerandos sobre a antiga vila de Marialva, esquecendo o título nobiliárquico que, pela primeira vez, nasceu

em 1440, no reinado de D. Afonso V. Foi seu primeiro conde D. Vasco Coutinho e terá na figura do infante D. Fernando, irmão de D. João III, um dos seus mais prestigiados alcaides-mores, aquele que muito provavelmente promoveu o restauro da fortaleza. O título de conde viria a ser substituído pelo de marquês, quando D. Afonso VI concedeu tal honra a D. António Luís de Meneses, à altura o 3º conde de Cantanhede (Rodrigues, 1983,229-230; Gomes, 1996, 123).

INVENTÁRIO

I. Lagares cavados na rocha

- 1 – Fonte da Pipa (Marialva)
 – Lagar cavado na rocha
 – 40° 54' 55" N
 – 07° 13' 52" W

A Norte da povoação extramuros de Marialva, em sítio relativamente próximo das últimas casas, há um lagar cavado na rocha que ostenta a data de 1700 gravada numa cartela (Fig. 1). O sítio onde se encontra o lagar é uma zona relativamente pedregosa, com pequenas parcelas agrícolas dispostas em socalcos, descendo gradualmente até ao vale onde se encontram os melhores solos aráveis.

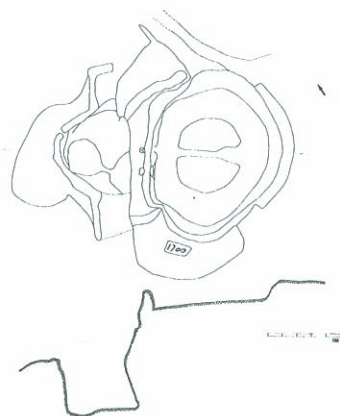


Figura 1

O lagar foi cavado numa das muitas lajes que por ali abundam, à sombra de uma das muitas amendoeiras que povoam os pequenos socalcos sustentados por muros de pedra solta. Na sua maioria são terrenos muito secos, em abandono progressivo mas que em tempos não muito idos produziam cereais, nomeadamente centeio e cevada. Nas árvores de fruto, além das amendoeiras, podem-se apontar ainda as figueiras e as oliveiras, mas não as videiras, já desaparecidas desta encosta, muito possivelmente com a filoxera.

O lagar é constituído por um *calcatorium* e um *lacus*. Ambos têm uma forma aproximadamente sub-circular, estando a *ara* bem marcada, isto é, a parte central, onde se amontoava o bagaço para ser espremido, ligeiramente inclinada para o *lacus*, com a finalidade de facilitar o escoamento do mosto através dos dois orifícios que foram abertos na parede que separa os dois compartimentos. Do sistema

de prensagem resta uma das cavidades – *stipites* – e a prensa propriamente dita, em relevo não muito saliente, em jeito de um círculo irregular cortado em duas metades. Lateralmente tem gravada, dentro de uma cartela, a data de 1700.

O *lacus* tem uma forma irregular, com uma profundidade suficiente para levar cerca de 500 litros de mosto.

2 – Quinta do Falhas (Marialva)

– *Tegulae*

– Lagar cavado na rocha

– 40° 56' 40" N

– 07° 12' 51" W

A quinta do Falhas é uma vasta propriedade situada a Sul do planalto onde se encontram os sítios das Trigueiras, do Safarejo ou da Quinta de S. João, cujos vestígios arqueológicos, sobretudo os que tiveram uma relação directa com o fabrico do vinho, já foram, pela nossa parte, objecto de uma investigação o mais precisa possível (Almeida *et alii*, 1999, 179-207). Separa este território daquele que agora vamos estudar um pequeno vale onde corre a Ribeira da Centieira com uma sinuosidade análoga à da Ribeira do Vale dos Moinhos que é subsidiária da Ribeira da Concelha.

A quinta do Falhas – o topónimo terá origem numa família que foi sua proprietária – é um misto de terras de trigo, de vinho, de oliveiras e de amendoeiras, cultivados nas parcelas mais férteis, que encontram espaço na ininterrupta sucessão de colinas fraguentas, somente matizadas por tufos de giestas, de pequenos carascos e mesmo de alguns sobreiros.

A quinta do Falhas é uma vasta área praticamente desabitada. A excepção está na meia dúzia de habitações e respectivos anexos e cortes de animais, que se aglomeram em torno da capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento. Esta datará do século XVIII e, ao contrário das habitações, é a única que, na brancura das suas paredes, se encontra verdadeiramente cuidada. No seu interior há, ou pelo menos havia, uma imagem de alabastro representando uma Nossa Senhora coroada. Para Vasco Rodrigues esta imagem terá alguma influência francesa e uma cronologia que a coloca por volta do século XV (Rodrigues, 1983, 156-157).

As casas têm uma traça bem simples e foram construídas com pedra de alvenaria desprovida de reboco exterior. Todas elas, sem excepção, estão desprovidas de qualquer símbolo senhorial e também estão muito longe da opulência de outras casas, como a da antiga quinta de S. João, na vizinha freguesia da Meda.

Como em muitos outros pontos do território da Meda também aqui há sinais de uma ocupação com *tegulae*. Elas estão sobretudo patentes num terreno denominado *Terra do Lagar*, um espaço que é um misto de terreno agrícola e não pro-

duto localizado a Norte da colina onde se encontra o núcleo habitacional. Na zona agricultada há, sobretudo, uma vinha que ocupa o espaço situado entre dois pequenos cabeços emoldurados de vasta penedia. Na vertente de um deles, a escassos metros dos primeiros pés de videiras, há um lagar cavado na rocha e, em seu redor, uma grande quantidade de *tegulae*, pedra de construção incorporada nos muros, cerâmica comum do período tardo-romano e, em particular, bastantes fragmentos de *dolia*. Numa apreciação global e tendo em conta o espaço de implantação e os vestígios encontrados, diremos que se trata de um pequeno casal – não há sinais justificativos que apontem para uma *villa* como na quinta de S. João (Almeida *et alii*, 1999, 186-190) – cuja cronologia deverá ser colocada, também, num período convergente com o fim do mundo romano e os primeiros séculos da Alta Idade Média.

O lagar ocupa um pequeno patamar entre altas penedias que o protegem do lado Norte. Foi cavado numa fraga aplanada com ligeira inclinação para o sítio onde está a vinha. O granito é de boa qualidade, mas apesar da sua resistência, já sofreu sérios danos, sobretudo ao nível da ara do *calcatorium* com a intromissão das raízes dos arbustos, sobretudo das giestas.

Como a maior parte dos lagares cavados na rocha desta região, também este agrupa um *calcatorium* e um *lacus* (Fig. 2). O primeiro tem uma forma sub-retangular, paredes bem delineadas, à excepção da esquerda que se encontra mutilada. Bem conservados estão os dois buracos laterais, com encaixes próprios para prender os postes de madeira – *stipites* – que ajudavam a sustentar a trave ou *prelum*. O *lacus*, por sua vez, na sua forma sub-trapezoidal, tem paredes altas e uma ligação através de um canal aberto no *calcatorium*. A sua capacidade rondaria os 640 litros (Fig. 3).

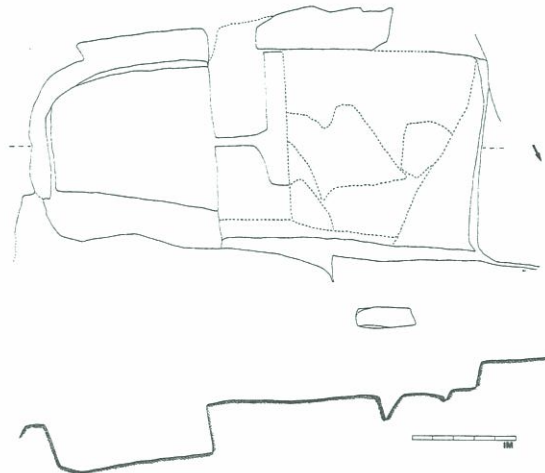


Figura 2



Figura 3 – Lagar da Quinta do Falhas – Marialva

3 – Lameiro dos Amarais (Marialva)

– Lagar cavado na rocha

– 40° 54' 32" N

– 07° 14' 36" W

É a Nascente da povoação de Marialva que se encontra a sua principal área agrícola fertilizada pela Ribeira que tem o mesmo nome. Em rigor, é uma vasta região semeada de terras de cultivo, onde alternam as vinhas com as hortas que se dão nos lameiros e os campos de trigo e de sorgo, aqui muito utilizado para pasto dos caprinos e bovinos pertencentes aos vários rebanhos que por aqui ainda subsistem.

O caminho para o lameiro dos Amarais parte da Rua Nova e atravessa a Ribeira de Marialva, num pontão de fábrica recente, bem perto de uma vasta área pejada de vestígios arqueológicos de época romana. Estes aparecem, sobretudo, concentrados em torno da Devesa – é assim que se chamam às terras do outro lado da ponte – e, de acordo com a vasta bibliografia já publicada (Rodrigues, 1983, 93; Curado, 1985, 9-11), estariam relacionados com uma *villa* romana que teria, inclusive, um sistema termal, se tivermos presente que aí apareceram canalizações de chumbo e nós mesmos encontrámos aí tijoleira e fragmentos de tijolos de um possível arco de *praefurnium*.

O lagar que agora estudamos está situado no interior de uma das muitas pequenas propriedades muradas que se estendem para oriente da Devesa. Uma boa parte delas estão ocupadas com vinhas, muitas delas já com as cepas a denotarem uma certa velhice, mas a maioria destina-se mesmo à produção de batata e

de produtos hortícolas, nomeadamente tomate, alface, cebolas e alhos, abóboras, pepinos, melancias e melões. Sintomático é o facto de neste lameiro se encontrar o lagar, apesar de na actualidade não subsistir qualquer pé de videira, enquanto as vemos do outro lado do caminho, num terreno mais alto, mais enxuto e também mais propício ao seu cultivo.

O lagar foi cavado no cimo de um penedo arredondado que se encontra a facear o caminho. Não se vê de fora porque o muro de pedra o esconde, assentando mesmo numa parte do rochedo. Junto a ele há um velho casebre onde se guardam os apetrechos agrícolas e a sombreá-lo está uma alta e frondosa amoreira.

O lagar foi cavado no cimo de um penedo arredondado, de pequena dimensão, razão porque só foi aberto um *calcatorium* de formato rectangular com uma *ara* muito rebaixada (Fig. 4). Lateralmente foram cavadas, do lado esquerdo, duas cavidades para assentamento dos postes de madeira, enquanto no lado oposto só encontramos uma cavidade para assentamento de uma das virgens. O *prelum* tinha o respectivo ponto de apoio na parede oposta àquela por onde o mosto se escoava, através de um orifício circular aberto na parede ao nível da *ara*, após a pisa. O mosto era apanhado do lado de fora da parede do *calcatorium*, directamente para cântaros ou vasilhame apropriado, já que não havia o tradicional *lacus*. O orifício foi aberto na parede de granito, através de perfuração.

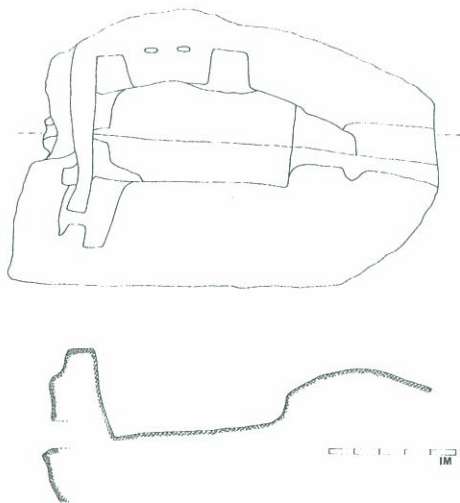


Figura 4

4 – Capelão (Marialva)

– Lagar cavado na rocha

– 40° 53' 32" N

– 07° 16' 06" W

A Sudeste do núcleo urbano de Marialva sucedem-se os terrenos agrícolas e, sobretudo, as vinhas que constituem, no presente, uma parte significativa da produção de quintas como Abadia e Prazo, porque a do Convento está em abandono progressivo e com as estruturas habitacionais em completa derrocada.

As vinhas cobrem uma boa parte das terras baixas do vale, em especial aquelas que marginam o curso da Ribeira de Marialva. Separam-nas, somente, os muros que dividem as propriedades e por vezes, entre elas, surgem campos de sorgo e mesmo pequenas hortas, nos sítios onde há possibilidade de rega. Por isso não admira que neste espaço se assinale a presença de lagares cavados na rocha, pois, para além das vinhas actuais, não devemos esquecer os «mortórios» que se estendem ao longo de uma linha de água que, conjuntamente com a Ribeira do Capelão, definem um espaço territorial a Sul do Capelão.

Encontra-se este lagar num afloramento rochoso, na berma de uma vinha situada no sítio do Carvalhal, microtopónimo de uma área mais vasta que é o Capelão. Chega-se até ele através do caminho que atravessa a Ribeira e vai na direcção das Minas das Olgas, hoje com laboração suspensa, mas cujas escombros detriticas se elevam a uma escassa centena de metros.

O lagar foi cavado num penedo em declive, de modo a permitir que o *calcatorium* ficasse mais elevado que o *lacus*, onde se recolhia o mosto. Como nos demais, também neste o mosto passava para o *lacus* através de um orifício aberto na parede que separa os dois compartimentos (Fig. 5). O compartimento onde se pisavam as uvas tem uma forma próxima do rectângulo, mas está muito fracturado

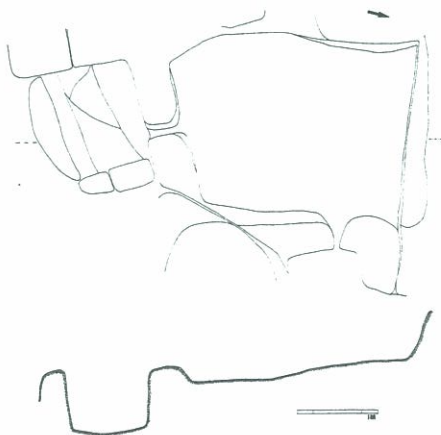


Figura 5

pela contínua intromissão das giestas que cobrem o sítio. Danos semelhantes são também perceptíveis nas duas cavidades de assentamento dos postes de madeira que suportavam o *prelum*, sobretudo uma que desapareceu quase integralmente.

O *lacus*, com uma forma próxima do rectângulo com ângulos arredondados, tinha uma capacidade que rondaria os mil litros, isto é, cerca de duas pipas.

5 – Quinta do Lobeira (Marialva)

- Vestígios de época romana
- Lagares cavados na rocha

A quinta do Lobeira ou da Leveira como também é apelidada (Fig. 6), está situada em terrenos a Sul da Ribeira de Marialva. Para se chegar até ela é necessário tomar o antigo caminho – o seu traçado é pelo menos medieval – que se servia da ponte em arco e em cavalete, que foi construída sobre o leito da Ribeira.



Figura 6

Deste lado da Ribeira sucedem-se os solos com boa qualidade agrícola, balizados por muros de pedra solta e servidos por uma emaranhada rede de caminhos que nos levam às muitas propriedades onde se semeia o trigo, centeio, batatas, produtos hortícolas e vinha. Pode-se dizer, sem grande margem de erro, que mais de dois terços destes solos aráveis estão preenchidos com pés de videira, responsáveis por uma produção de vinho de muito boa qualidade, absorvido, em boa percentagem, pela Adega Cooperativa da Meda.

O espaço geográfico desta quinta pode ser definido como uma zona de encosta suave, bastante pedregosa, entrecortada por pequenos vales onde se cultivam os mais variados produtos com especial destaque para a vinha. Nas zonas mais pedregosas crescem as giestas e os carrascos, sendo muito débil a cobertura arbórea, aqui corporizada nos pinheiros e em alguns, poucos, pés de sobreiro. Nas árvores de fruto são as figueiras, as oliveiras e as macieiras que se escalonam ao longo das bermas das propriedades e mesmo no seu interior, a disputar o espaço às videiras.

Uma boa parte do espaço da quinta forneceu uma sucessão de achados arqueológicos, sobretudo na vizinhança do caminho que conduz à ponte. É nesta zona, em ambos os lados da via, que aparecem vestígios cerâmicos de época romana em profusão e é neste espaço que Vasco Rodrigues coloca a necrópole da *Civitas Aravorum* (Rodrigues, 1983, 91-95). Do *Chão da Ponte* e da *Tapada da Ponte*, dois espaços contíguos à Ribeira, levaram os donos da quinta uma série de vestígios para o terreiro que circunda a velha e pequena casa de habitação. São eles fustes em granito de colunas, capitéis do tipo toscano, mós manuais, pias em granito, tudo isto de época romana. Mais recentes são dois pesos de lagar, de tipo tradicional, que havia nas próprias instalações. Por lá abunda a *tegula*, partes de tijoleira, a cerâmica comum e entre ela, bastantes fragmentos de *dolia* e sabe-se que enterrados há muros de alvenaria, pedra esquadriada, pisos de saibro bem amassado e calcado e, de acordo com informações locais, lareiras de barro bem amassado.

Nesta quinta, além dos vestígios já assinalados, há ainda a acrescentar quatro lagares cavados na rocha, possivelmente cinco, caso a «pia» enterrada junto da casa também seja um deles. Destes, três podem-se considerar completos. Do que resta, porque foi fracturado, conserva-se só metade.

- Lagar nº 1
- 40° 53' 58" N
- 07° 14' 13" W

Está este lagar numa fraga aplanada, junto de muitas outras, na berma de um grande campo, que na altura em que o visitámos mostrava indícios de ter tido uma plantação de trigo. De vinha, nem sinais no presente, no entanto é óbvio que ela aqui esteve em tempos não muito recuados, pois não é crível que aqui se viessem pisar as uvas de propriedades próximas, onde também os há.

Perante esta realidade é pertinente afirmar que o desaparecimento da vinha destes terrenos esteja relacionado com a crise que a filoxera criou em finais do século XIX e que deu origem ao tão vulgar quão celebrizado topónimo «mortório». Convirá ter presente que uma simples mutação de culturas possa ser uma leitura tão correcta como a anterior, à falta de provas mais convincentes.

Atulhado com pedra miúda proveniente da limpeza da área agrícola, o lagar, antes de ser desenhado e analisado, teve de ser limpo de terra e pedras. Depois disso viria a revelar-se um conjunto homogéneo, bem conservado, composto por um *calcatorium* e um *lacus* (Fig. 7).

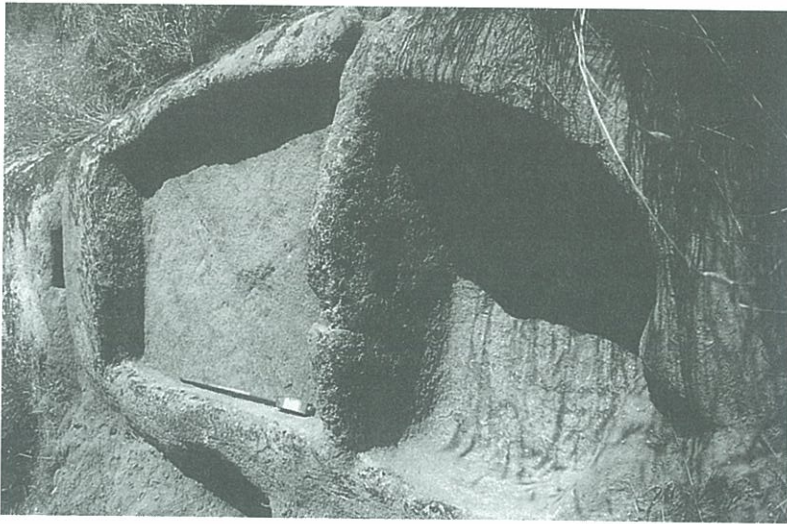


Figura 7 – Lagar nº 1 da Quinta da Leveira – Marialva

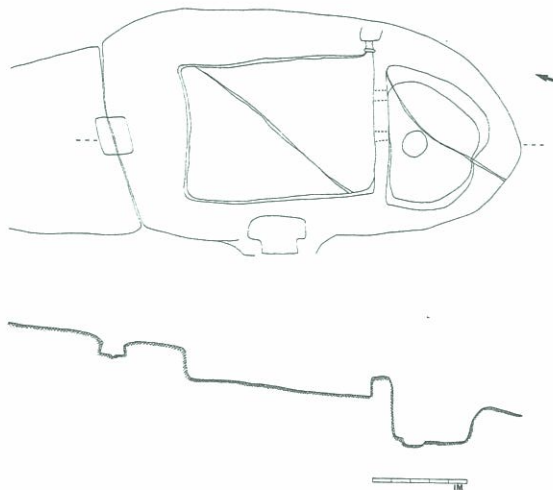


Figura 8

O *calcatorium* tem a forma de um rectângulo irregular, levemente inclinado para uma outra laje, em cota inferior, onde foi cavado o *lacus*, que tem uma forma sub-circular (Fig. 8). De um dos lados do *calcatorium* desenha-se, bem funda, uma das cavidades onde assentava um dos postes de madeira que suportava o *prelum*. Deste ainda há, na parede oposta à dos orifícios, uma outra cavidade onde assentava uma outra trave que o ajudava a sustentar. A ligação entre os dois compartimentos fazia-se através de dois orifícios, que rasgaram a parede de granito comum a ambos. No fundo do *lacus* regista-se ainda uma pequena cavidade circular que tinha, sobretudo, a finalidade de recolher as últimas gotas de mosto que nele caía. A sua capacidade orçaria os 380 litros.

Lagar nº 2

– 40° 53' 56" N

– 07° 14' 03" W

Entre os vários microtopónimos que compõem a totalidade dos terrenos desta quinta, destaca-se o *Lameirinho*, uma pequena propriedade composta por uma vinha e uma pequena horta, situada bem na berma de uma das linhas de água que comunicam com a Ribeira de Marialva. O lagar está num dos topos, soterrado, entre muitos pés de vinha que ali estão plantados.

Quando partimos à sua procura – ele estava completamente soterrado – íamos na crença de encontrar uma sepultura cavada na rocha, já que era essa a ideia que prevalecia no imaginário popular. A limpeza total das estruturas não se podia fazer sem sacrificar alguns pés de vinha, algo que não foi do agrado dos proprietários. Por tal motivo, limitamo-nos a intervir no espaço disponível e que redundou na descoberta do *calcatorium* e na prensa ou *torcularium*, que neste caso era autónoma da *ara*, mas não do *lacus* que permaneceu enterrado. Limpá-lo implicava o arranque de vários pés de videira.

Tem o *calcatorium* forma de um rectângulo irregular (Fig. 9), paredes bem delineadas e uma profundidade capaz de albergar vários cestos de uvas em simultâneo. O mosto passava para o *lacus* através de um canal perfurado ao nível do chão de granito, na parede que os separava. Não tinha as cavidades laterais destinadas a receber os postes de madeira que suportavam o *prelum*, porque, contra todas as evidências conhecidas, aqui o *torcularium* é um estrutura autónoma à *ara* do *calcatorium*, pois foi gravada na parte exterior daquele. O mosto saído da prensagem do bagaço escorria para o *lacus* através de um canal saído do rego circular que delimitava o espaço da prensa, gravado na laje de granito.

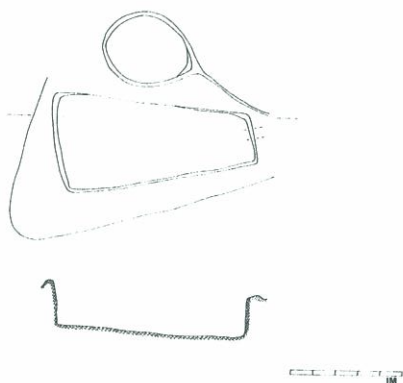


Figura 9

Lagar nº 3

– 40° 53' 50" N

– 07° 14' 10" W

Uma centena de metros a Sul do anterior há um outro lagar, também ele situado na berma de um vinha e muito próximo de um dos vários caminhos de servidão que abundam naquelas paragens.

Trata-se de um lagar constituído somente de *calcatorium*, cavado no cimo de um penedo ovalado que emerge na periferia de uma grande massa granítica. De acordo com as dimensões do penedo, que só permitiam a abertura de um dos recipientes, o *calcatorium* tem uma forma rectangular e as paredes laterais quase apuradas (Fig. 10).

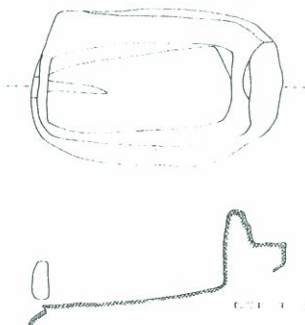


Figura 10

Como nunca teve *lacus*, o mosto era directamente apanhado em recipientes no exterior do orifício que rematava em forma de bica. Como não possuía cavidades para implantação dos postes que sustentariam o *prelum*, é crível que

o bagaço não fosse aqui espremido e deslocado para um dos lagares que havia próximo.

Posteriormente, este lagar foi reaproveitado para fazer a calda do sulfato. Razão que explica o arranjo em cimento que ainda ostenta num dos lados da parede de pedra.

Lagar nº 4

– 40° 53' 48" N

– 07° 14' 09" W

Este lagar está a curta distância do anterior, num sítio conhecido por Calçada. Encontra-se na berma do caminho de serventia de várias vinhas, uma das quais é a do lagar atrás descrito.

Foi cavado num afloramento rochoso aplanado e, no momento em que o estudámos, estava rodeado de carrascos, os arbustos que, em conjunto com as giestas colonizam os interstícios da grande massa rochosa que se desenvolve nas suas costas (Fig. 11).

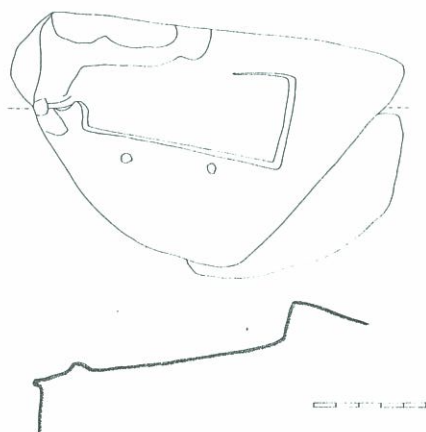


Figura 11

Por motivos que desconhecemos, foi destruído em boa parte da sua extensão e a que se conserva está, por sua vez, sujeita à acção destrutiva das raízes dos arbustos e do corte de pedra que conduziu à mutilação do *calcatorium*. O que se conserva, parte do *calcatorium*, indicia uma forma rectangular, de paredes muito baixas, inclinadas para o ponto onde deveria haver um *lacus*.

6 – Almares (Marialva)

– *Tegula*

- Lagares cavado na rocha
- Sepulturas cavadas na rocha
- Pia

Os *Almares* são uma vasta zona localizada a Sul da Ribeira de Marialva e que ficam no enfiamento do caminho que transpunha a Ribeira, na ponte medieval. Junto, ficam os *Heróis* e em sentido contrário as *Alcaidarias* que são terrenos, muitos deles com vinhas abandonadas, situados no sopé dos Castelos, um monte muito fraguento, onde houve um habitat da Idade do Ferro e depois um castelo, já que aí abunda a cerâmica medieval – análoga à que aparece no interior da cerca amuralhada de Marialva – muita pedra derruída e sinais inequívocos de um sistema defensivo.

Por já estar um pouco distante da Ribeira, esta é uma área mais seca, mais pedregosa e por isso mesmo menos agricultada, imperando muitas vezes os terrenos incultos, as pequenas manchas de pinhal ou simplesmente a sucessão de giestas que irrompem por entre um não acabar de fragas graníticas. Este é o reino da vinha, do trigo e do centeio, que se plantam e semeiam nas terras menos pedregosas. Nos intervalos de cada ciclo produtivo, este é o sítio ideal para os rebanhos de ovinos e caprinos que diariamente, de manhã e à tardinha, quando o calor não aperta tanto, percorrem açodadamente na esteira do melhor pasto.

Em termos de ocupação este é um espaço de pouca habitação permanente, abundando as pequenas construções de pedra solta, raras vezes bem talhada, cobertas a telha de tipo nacional. Tempos houve, no entanto, em que estas construções de apoio às actividades agrícolas, foram cobertas a colmo. Muitas delas entraram em ruína, um pouco à imagem das propriedades adjacentes, que têm vindo a conhecer o calvário do abandono.

Os *Almares* são a imagem fiel deste universo. A nascente do caminho multiplicam-se as vinhas, no geral bem cuidadas, a estenderem-se até ao traçado da estrada nacional, isto é, do IP2. No lado oposto sucedem-se os terrenos inóspitos pejados de giestais rasteiros, uma ou outra vinha e muitos solos agrícolas já com alguns anos de abandono.

Consoante já referimos na introdução, nesta zona dos *Almares* há um pouco de tudo: restos cerâmicos de uma ocupação de época romana, sepulturas cavadas na rocha que se distribuem ao longo do velho caminho, numa distância superior a meio milhar de metros, e naturalmente alguns lagares, também cavados nas penedias.

Nos *Almares* estudámos 4 lagares cavados na rocha. Dois estão a nascente de uma minúscula linha de água afluente da Ribeira de Marialva, os outros dois encontram-se no lado oposto. Junto a eles há sepulturas cavadas na rocha e na área de vinha e pinhal fragmentos de época romana.

Lagar nº 1

– 40° 53' 25" N

– 07° 13' 44" W

Num sítio que dá pelo nome de Xô, num dos muitos penedos que se estendem por algumas centenas de metros, há um lagar cavado na rocha, uma pia e a cerca de 50m para Sul duas sepulturas cavadas na rocha. A mais distante está junto ao muro de uma vinha. Dentro e fora desta multiplicam-se os fragmentos de *tegulae*, de *dolia*, de cerâmica comum e mesmo de *terra sigillata* de origem hispânica. Para as paredes que rodeiam a vinha foi alguma da pedra que por ali havia enterrada e que, presumivelmente, pertencia a muros de uma construção de época romana e, ao que parece, parte de uma coluna muito erosionada e maltratada pelo uso.

O lagar de Xô é um exemplar composto por *calcatorium* e *lacus* (Fig. 12), que foi bem delineado e que se encontra em bom estado de conservação, se excluirmos as fissuras que as raízes de giestas e carrascos vão produzindo na penedia que está na sua proximidade.

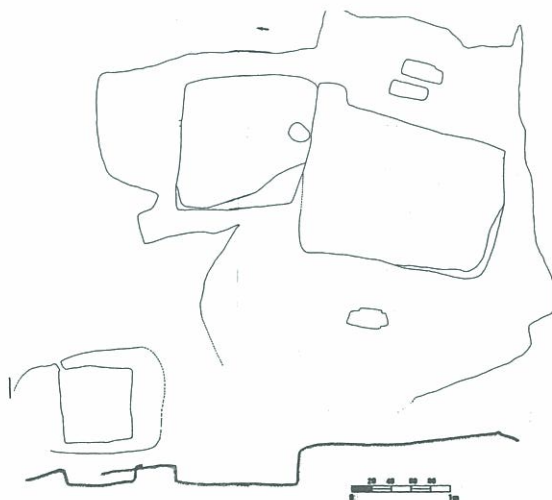


Figura 12

O *calcatorium* tem uma forma próxima do rectângulo. O *lacus*, que lhe está aco-plado e em plano mais baixo, tem formato a tender para o sub-circular. No *calcatorium* há lateralmente três encaixes para a fixação dos postes de madeira que sustentavam o *prelum*. Um está do lado direito, enquanto os outros dois se encontram, quase em paralelo, no lado oposto. O *lacus* está bem conservado, mas descentrado em relação à orientação do *calcatorium*. Como não há bica saliente em pedra do lado do *lacus*, pode presumir-se que o mosto escorria directamente para um cântaro que assentava na cavidade circular que foi cavada, mesmo por debaixo do

canal. Nada mais natural que, para facilitar o escoamento directo do mosto para o cântaro, se tivesse escolhido uma bica de madeira que encaixasse, com facilidade, no canal de pedra. Uma outra serventia para a cavidade do *lacus* era a recolha do mosto sobran-te. A capacidade de armazenamento do *lacus* rondaria os 970 litros.

Uma das particularidades deste lagar é ter as paredes do *calcatorium* muito baixas, sobretudo na parte mais elevada. Se a quantidade de uvas a pisar em simultâneo fosse pequena, a natural inclinação da rocha permitia o fácil escoamento para o *lacus*. Se assim não fosse, então tornava-se necessário colocar uma estrutura em madeira sobre as paredes do *calcatorium* para aumentar a capacidade de armazenamento.

Função idêntica teria a pia que lhe estava ao pé. A sua localização e disposição só pode ser entendida como uma pia onde as uvas eram armazenadas antes de serem pisadas.

Lagar nº 2

– 40° 53' 22" N

– 07° 13' 45" W

Este lagar encontra-se a cerca de 50m a nascente do anterior. Muito próximo, à distância de 20m, há uma sepultura cavada na rocha, também ela aberta num dos muitos afloramentos rochosos que mal se vêem no meio das muitas giestas que cobrem o local.

O lagar é constituído por um *calcatorium* rectangular, muito alongado e cujo centro da *ara* se apresenta desnivelado, porque foi aproveitada uma depressão, quase diáclase, existente entre duas metades de rocha. Associado ao *calcatorium* está o *lacus*, só que num nível bastante inferior. A forma é sub-rectangular, apesar de o termos encontrado entulhado, deparámos com uma parte da parede já destruída (Fig. 13). A sua capacidade rondava os 650 litros.

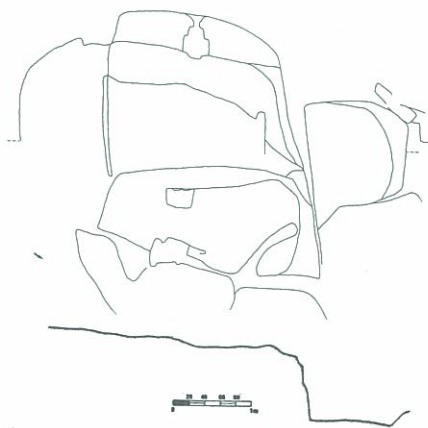


Figura 13

Lateralmente tem três cavidades – duas de um lado e outra no oposto – para encaixe dos postes de madeira que sustentavam o *prelum*. Uma delas, com escoamento lateral, mostra-se bastante evoluída, com os encaixes do poste bem desenhados.

Próximo, só que junto do muro que baliza a vinha onde mais se documentam os vestígios romanos, há uma outra sepultura cavado num penedo isolado.

Lagar nº 3

– 40° 53' 22" N

– 07° 13' 48" W

Para se chegar a este lagar e a uma sepultura cavada numa laje que dele dista escassos 5 metros, é necessário transpor uma pequena linha de água que corre num pequeno vale encaixado, a poucos metros de distância do lagar e sepultura atrás descritos. Em linha recta, entre eles, não haverá mais que sete dezenas de metros.

O lagar foi aberto numa grande laje de granito, na periferia de terrenos que actualmente estão abandonados, mas que mostram sinais de um antigo cultivo. Talvez assim se explique a ausência de vinhas deste lado da linha de água e o facto de o termos encontrado muito atulhado por detritos de vária ordem, nomeadamente pedra e terra. Junto ao *calcatorium* há um muro de pedra solta de divisão de propriedade.

A limpeza integral do sítio acabou por revelar um conjunto formado por um *calcatorium* e um *lacus*. O *calcatorium* tem formato sub-rectangular, com o chão bem picado e uma forte inclinação na direcção do *lacus*, que está em cota inferior. Em ambos os lados das paredes laterais do *calcatorium* há cavidades destinadas à fixação dos postes que seguravam o *prelum*. Duas do lado direito e uma no oposto. O *lacus*, por sua vez, com a sua forma sub-circular, para além de bem conservado, mostrava uma profundidade capaz de conter cerca de 640 litros de mosto (Fig. 14). A ligação entre os dois compartimentos fazia-se através de um canal aberto na parede que os separava.

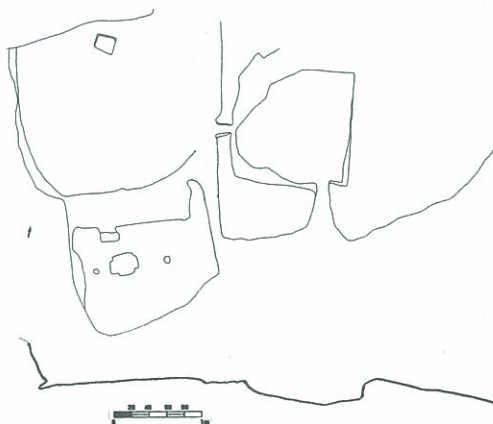


Figura 14

Lagar nº 4

– 40° 53' 24" N

– 07° 13' 48" W

Este lagar dista do anterior duas escassas dezenas de metros, num sítio muito próximo de um velho casebre destelhado e paredes arruinadas. A seus pés estendem-se alguns pequenos campos de cultivo que, no presente, se encontram completamente abandonados.

Tal como o anterior também este estava totalmente atulhado, sendo praticamente imperceptível. Foi a completa desobstrução e limpeza que permitiu detectar um belo exemplar de lagar cavado na rocha, um dos que se encontram melhor conservados.

As linhas do *calcatorium* estão muito próximas do rectângulo (Fig 15). Lateralmente há duas cavidades para os postes de madeira – os *stipites* – também elas numa simetria quase perfeita. Num plano inferior há um *lacus*, descentrado em relação ao eixo central do *calcatorium*. A sua forma de tendência sub-circular e a profundidade permitem atribuir-lhe uma capacidade muito próxima dos 1150 litros, isto é, mais de duas pipas de mosto.

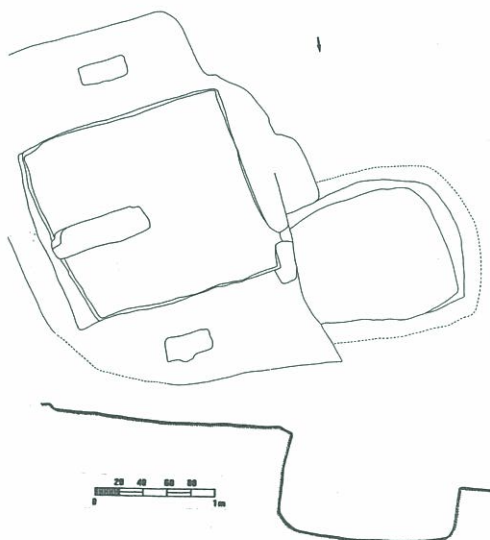


Figura 15

Neste conjunto as novidades são duas. O *lacus* está completamente descentrado em função do *calcatorium*. A ligação entre os dois fazia-se através de um canal aberto na parede que os separa. A segunda inovação está no bloco rectangular, em granito, que estava tombado no *calcatorium*. O mais provável é que a sua função fosse a de servir de apoio ao *prelum* (Fig. 16).



Figura 16 – Lagar nº 4 de Almares – Marialva

7 – Quinta do Raças (Marialva)
– Lagares cavados na rocha

No enfiamento dos Almares, mas para Nascente, está a Quinta do Raças, uma sucessão de terrenos de cultivo, com os cereais a prevalecer sobre as vinhas que, no presente, são escassas. Tempos houve em que as vinhas ocupavam um espaço bem mais avantajado que o actual, porque de outro modo não saberíamos explicar os três lagares que aqui se encontram agrupados e mais um outro, a algumas centenas de metros para Sul, em terrenos que são conhecidos por D. Paula.

Lagar nº 1 e 2
– 40° 53' 15" N
– 07° 14' 06" W

Estes dois lagares foram cavados numa laje aplanada situada na berma do actual caminho, na entrada para o único edifício da quinta, um pequeno barracão feito com blocos de cimento e cobertura em material sintético. Pode dizer-se que estes dois lagares, de costas voltadas mas acoplados, se situam na berma do antigo caminho que, vindo da ponte medieval de Marialva, serve os terrenos dos Heróis e dos Almares, para, a partir desta, tomar a direcção do Rabaçal através das quintas da Meia Léguas e de Perais. É também por estes lados que, com relativa facilidade, poderemos aceder ao monte do Castelo e às ruínas lusitano-medievais que ali se encontram.

O lagar nº 1 estava completamente desobstruído quando o encontrámos. O mesmo se não passava com o nº 2 que propositadamente havia sido entulhado para facilitar o acesso à quinta, já que sobre ele e marcados no rochedo há vestígios da passagem de rodas de carros de bois ou de cavalos.

Tendo em atenção as características de cada um dos lagares é bem possível que ambos sejam contemporâneos, mas, por ausência de elementos estratigráficos, não é fácil determinar a sua cronologia. O único dado garantido é que o lagar nº 1 esteve em funcionamento ainda em data bem recente, mas, se conhecemos o momento do seu término, muito dificilmente poderemos determinar o arranque do fabrico de vinho nestes exemplares.

Dos dois, o nº 1 é de longe aquele que se encontra em melhor estado de conservação. Possuindo todos os elementos que caracterizam uma estrutura deste tipo – *calcatorium*, *stipites*, *lacus* – orienta-se no sentido nascente-poente, retirando o máximo proveito da rocha e da inclinação natural (Fig. 17). Foi na parte mais baixa que foi cavado o *lacus* com uma capacidade para armazenar 960 litros. A sua forma pode considerar-se rectangular, mas falta-lhe já uma das paredes laterais arrancada, como outras pedras, certamente para construção. A ligar o *lacus* ao *calcatorium*, que tem forma sub-rectangular, há um orifício por onde se escoava o mosto. A ladear as paredes do *calcatorium*, de ambos os lados, há cavidades rectangulares para encaixe dos postes de sustentação e apoio ao *prelum*. Se num dos lados só havia uma, aliás muito desenhada, no lado oposto elas eram duas, embora de dimensão e orientação distintas.

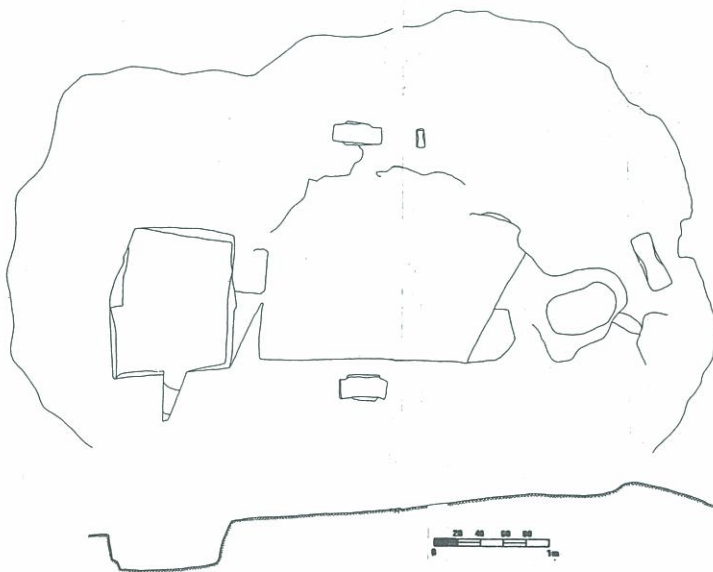


Figura 17

Nas costas deste, no lado oposto, está o segundo lagar, também ele a aproveitar a inclinação do penedo para o lado contrário.

Este lagar, apesar das mutilações já sofridas, tem um *calcatorium* rectangular e duas *stipites* semelhantes às anteriores. A novidade está no rasgo que foi aberto no afloramento que separa os dois lagares e que servia para apoiar a extremidade do *prelum* quando este iniciava a missão de espremer o bagaço. Ausente está o *lacus*, que o teve, mas que foi destruído com a circulação no caminho.

Lagar n° 3

– 40° 53' 13" N

– 07° 14' 04" W

Este lagar está situado a cerca de 30 m para Sul dos anteriores, num afloramento granítico que se nota no meio de um espaço agrícola que nos últimos anos tem estado ocupado com cereais, sobretudo o centeio. Tempos houve em que as vinhas foram mais numerosas nestes terrenos. Na actualidade resumem-se a escassas dezenas de pés.

Como muitos outros, deste lagar só era visível a parte superior das paredes que definem o *calcatorium*. Todo o conjunto se encontrava entulhado com pedra e terra, sem esquecer as silvas e giestas que cresciam em seu redor.

O conjunto é composto por um *calcatorium* sub-trapezoidal, adaptado à configuração da penedia e uma *ara* bem picada, mas fracturada num dos lados e naturalmente inclinada para poente, o sítio onde se encontra o *lacus*, mais pequeno e com uma forma próxima do rectângulo irregular (Fig. 18). A ligação entre as duas estruturas faz-se através de uma bica, em pedra saliente, descentrada em relação à disposição do *lacus*. A sua finalidade era facilitar a recolha do mosto – a capacidade do *lacus* rondaria os 1000 litros – tal como a cova circular, também ela não centrada, que há no *lacus*. O conjunto completa-se com as duas cavidades rectangulares, numa disposição lateral e desalinhada em relação ao *calcatorium* e que se destinavam a permitir o encaixe dos postes (*stipites*) que sustentavam o *prelum*.

No *lacus* havia ainda uma cavidade, também descentrada, para a recolha do mosto sobranante).

Lagar n° 4

– 40° 53' 59" N

– 07° 14' 03" W

Os terrenos conhecidos por D. Paula estão situados a Sul da quinta do Raças.

Próximo está a Tapada do Lagar, topónimo que deriva do facto de, em terreno murado, ter havido um lagar de trave que estava instalado no interior de um pequeno casebre coberto a telha. Foi desmantelado e o peso transportado para casa do proprietário morador na freguesia do Rabaçal.

Este lagar encontra-se na proximidade de um pequeno casebre construído com pedra de alvenaria, num afloramento rochoso coberto de pequenos carrascos e rodeado de campos de trigo e centeio e uma pequena vinha.

Como mandam as regras, o lagar foi cavado numa das lajes cujo declive natural, acentuado, facilitava a instalação do *calcatorium* e do *lacus*, este naturalmente em cota inferior. O *calcatorium* é um rectângulo alongado, muito irregular, provocado pelas contingências próprias de um espaço que foi aproveitado na diáclase de laje, posteriormente fendido pelas raízes de uma árvore. Lateralmente há duas cavidades, também elas rectangulares, onde se entrosavam os postes de madeira que sustentavam a trave ou *prelum* (Fig. 19).

A ligação do *calcatorium* ao *lacus* faz-se através de um canal aberto na parede de ligação. O *lacus*, que tem uma das paredes danificada, tem forma sub-trapezoidal e no fundo uma cova circular, descentrada, destinada a recolher o mosto sobranter. A sua capacidade rondaria os 1000 litros.

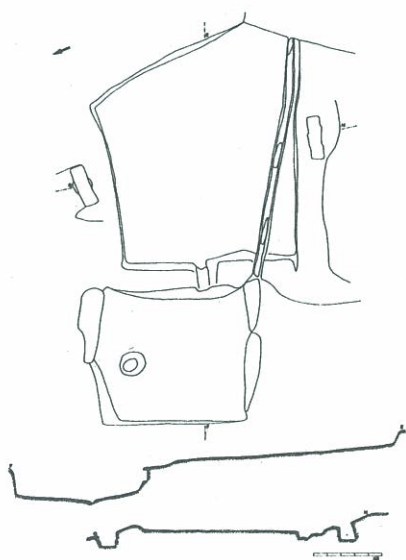


Figura 18

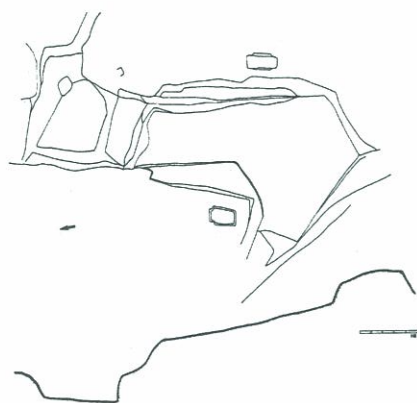


Figura 19

8 – Quinta de Meia Légua (Marialva/Rabaçal)

- Lagares cavados na rocha
- Lagares
- *Tegulae*

A Quinta de Meia Légua – chama-se assim porque o marco que separa as freguesias de Marialva e Rabaçal está nesta propriedade – está situada no sopé do monte Chilreta, uma extensa área pedregosa que se estende para Sul onde tem a máxima expressão na Cabeça Alta.

Esta é uma das poucas propriedades da região, com estatuto de quinta, que tem uma efectiva ocupação, apesar da casa de habitação ser de traça relativamente recente e de fraca qualidade. Outrora, antes dos malefícios da filoxera, conjuntamente com o centeio, o vinho era um dos fortes rendimentos da economia local. No presente, as vinhas resumem-se a uma escassa quantidade de pés. Toda a restante área disponível está agora ocupada por centeio e nos lameiros por produtos hortícolas de primeira necessidade. Se juntarmos a isto algumas dezenas de oliveiras e um pinhal pouco desenvolvido, que ocupa uma boa parte deste território marcado por numerosas colinas formadas por uma quase contínua massa granítica, percebemos por que motivo estas propriedades, apesar da sua dimensão, sempre tiveram uma economia de subsistência. À imagem do passado, o que prevalece no presente são os rebanhos de ovinos e caprinos que em anos de menor pluviosidade encontram sérias dificuldades na sua alimentação.

Nesta quinta, num raio de 100m em redor da casa de habitação, em distintos pontos, documentámos cinco lagares cavados na rocha; quatro completos e um outro que nunca foi verdadeiramente acabado.

Lagar nº 1

- 40° 53' 08" N
- 07° 14' 33" W

Este lagar está situado numa fraga, no meio de tantas outras, na berma de um campo de centeio, num sítio onde no presente não existe qualquer sinal de vinha. A que há dista uma centena de metros, mas é de pequena expressão e junto a ela há um outro lagar de tipologia semelhante a este.

Este lagar encontra-se bem conservado, apesar de na parte mais alta do *calcatorium* se notarem efeitos da erosão. Em contrapartida, o *lacus*, na sua forma rectangular, está muito bem talhado e em perfeito estado de conservação.

Como é das normas, o *calcatorium* está inclinado para o *lacus* e tem lateralmente cavadas duas cavidades onde se inseriam os postes de madeira de apoio

ao *prelum*. A ligação entre os dois compartimentos fazia-se através de um canal aberto na parede que os separa. A capacidade do *lacus* rondava os 1500 litros e o mosto podia ser totalmente recolhido com o auxílio da pequena cavidade situada na parte lateral do *lacus* (Fig. 20).

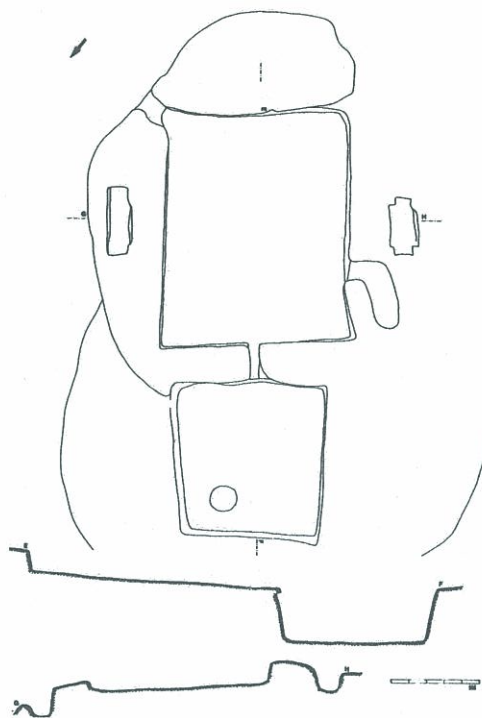


Figura 20

Lagar n° 2

– 40° 53' 20" N

– 07° 14' 36" W

Voltando ao caminho que dá acesso à casa de habitação vêm-se, do lado esquerdo, algumas colmeias e junto a elas está um novo lagar cavado na rocha.

A fraga em que ele foi talhado é a mais plana que por ali havia, no meio de tantas outras. Aliás, nesta parte da quinta, predominam as fragas graníticas, contínuas, muitas delas de avantajada volumetria.

O lagar é formado pelos já bem conhecidos compartimentos onde se pisavam as uvas e um outro onde o mosto era recolhido. O *calcatarium* quase não tem paredes laterais e muito menos a parede oposta que o separa do *lacus*, talvez porque sendo a inclinação aceitável, o mosto escorria com certa facilidade para o *lacus*, este de paredes bem mais altas, como convinha a um recipiente de boa

capacidade – cerca de 950 litros – antes de ser levado para os sítios onde iria «cozer» e estagiar. O *lacus* estava totalmente entulhado e no seu interior fomos encontrar um bloco de granito rectangular, que possivelmente funcionou como peso ou serviu para ajudar a sustentar o *prelum*.

De cada lado do *calcatorium* são bem visíveis as duas cavidades onde se alojavam os postes que sustentavam o *prelum* quando este entrava em acção de esmagar o bagaço (Fig. 21).

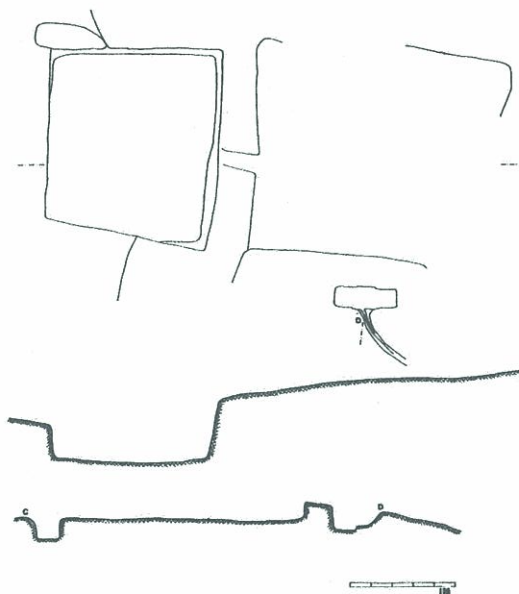


Figura 21

Lagar n° 3

– 40° 53' 03" N

– 07° 14' 48" W

Este lagar é aquele que, nesta propriedade, está mais próximo da casa, mas também o que está mais chegado à área improdutiva da quinta, já que o penedo em que foi cavado está no limiar do pinhal que sobe a encosta.

O lagar foi cavado no cimo de uma grande penedia, num sítio que se pode considerar relativamente plano. Tem um *calcatorium* bem proporcionado, de proporções rectangulares, com duas cavidades laterais bem delineadas onde assentavam os postes das virgens que suportavam o *prelum*.

O *lacus* foi cavado numa rocha bastante mais baixa e encontra-se ainda totalmente soterrado. O seu estudo completo só poderá ser feito após a limpeza integral deste compartimento.

Lagar nº 4

- 40° 53' 05" N
- 07° 14' 41" W

De todos os lagares desta quinta, este é o único que está na berma de uma vinha, junto a um dos caminhos de acesso à casa de habitação.

A escolha do sítio recaiu num dos muitos penedos que por ali abundam, mas, por motivos que desconhecemos, este lagar nunca chegou a ser efectivamente construído. Os seus contornos foram na realidade delineados, mas o desbaste nunca chegou a ser feito, sobretudo do *lacus* que não passou de um simples afloramento.

Lagar nº 5

- 40° 52' 50" N
- 07° 14' 45" W

Este é um dos muitos lagares desta região que, após a perda da sua funcionalidade, foi integralmente atulhado, sendo, inclusive, desconhecido dos moradores da quinta e dos pastores que percorrem aqueles terrenos. Foi a prospecção aturada daquelas penedias que conduziu à sua detecção e consequente estudo.

A limpeza do *calcatorium* nada mais revelou que terra, sem indícios arqueológicos susceptíveis de facilitar uma datação. O mesmo aconteceu no *lacus* onde predominavam as pedras para ali atiradas sem qualquer sentido, tendo inclusive tombadas duas das lajes que o formavam. No seu interior, para além das pedras, havia ainda terra e lixo vário, mas nada de cerâmicas ou restos orgânicos identificáveis com o fabrico do vinho.

O lagar é um dos mais perfeitos que se conhecem nesta região. As linhas do *calcatorium* são as de um rectângulo quase perfeito, com a zona de pisa bem picada, posteriormente fissurada por raízes de giestas. O sistema de pisa era constituído por um *prelum*, do qual nada existe, e pelos postes que o sustentavam e que eram fixos nas duas cavidades abertas em ambos os lados do *calcatorium* (Fig. 22 e 23).

O segundo elemento digno de registo é o *lacus*, de forma sub-rectangular, cavado num penedo mais baixo e que lhe está associado. Como não havia peneira suficiente, uma parte da parede foi feita com duas grandes lajes que se encaixam, mas que estavam tombadas. Ao contrário do *calcatorium*, este compartimento estava bastante fissurado e em mau estado de conservação. A capacidade do *lacus* rondaria os 1700 litros.

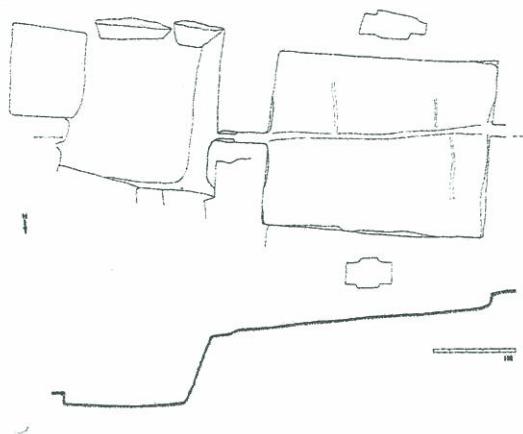


Figura 22

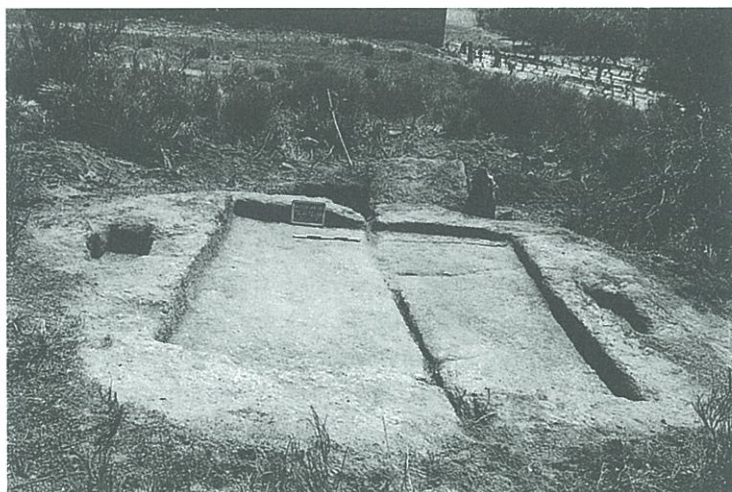


Figura 23 – Lagar nº 5 da Quinta da Meia Léguas – Marialva

II. Lagares de tipo tradicional

9 – Rua do Lagar (Marialva)

– 40° 54' 720" N

– 07° 13' 628" W

Este é um dos muitos lagares de tipo tradicional que havia nesta região, daqueles que são parte integrante da adega de uma quinta ou então onde se pisam as uvas de um grupo de pequenos produtores que não têm, por si só, possibilidades de possuir um tal tipo de estrutura.

O lagar está situado no interior da povoação, dentro de uma casa de boa can-

taria, não rebocada, na confluência de duas ruas. O acesso faz-se através de uma porta, mas na parede voltada ao largo, rasgam-se duas amplas portadas cuja função era distinta. Por uma deitavam-se no tanque as uvas que iam ser pisadas. Pela outra retirava-se o bagaço depois ter sido espremido (Est. XX, 1).

O lagar era formado por dois tanques, de dimensões distintas, e um sistema de prensagem. O de maiores proporções é o tanque onde se efectuava a pisa. Tem forma e foi integralmente construído com grandes blocos rectangulares de granito picado e afeiçoado, de modo a não deixar interstícios que facilitassem a fuga do mosto. Tanque de menores dimensões, rectangular, construído com blocos de granito de teor semelhante ao anterior, é um outro, destinado a recolher o vinho que saía do tanque principal após a fermentação, mais o que escorria no acto de espremer o bagaço. Este acabava por ser amontoado num outro tanque construído ao lado do anterior.

O mecanismo de prensagem era constituído pelas seguintes peças: *prelum* ou trave de madeira de carvalho preso na parede entre duas pedras em orelha, perfuradas de modo a poder trespassar-se um ferro que fixasse o conjunto (Fig. 24) e duas virgens em madeira, paralelas, que se apoiavam nas guardas de pedra do tanque. Completa o conjunto um fuso de madeira que encaixa na parte dianteira do *prelum* e na base do qual, à guisa de peso, pende uma grande pedra de forma sub-circular.

Como nos lagares cavados na rocha, também aqui as uvas eram pisadas por grupos de homens. A principal diferença está no facto de o mosto ficar uns dias a fermentar, conjuntamente com o bagaço, enquanto nos outros, isto é, nos lagares cavados na rocha, o mosto era recolhido de imediato em vasilhame apropriado, fermentando, de seguida, nos recipientes onde estagiava até ao seu consumo.

O sistema de prensagem só entrava em funcionamento após a retirada do vinho do tanque de fermentação. O bagaço amontoado no centro era então esmagado pela acção do *prelum*, cuja parte dianteira era obrigada a baixar pela acção concertada do fuso e do peso de pedra. O bagaço esmagado entre o chão – a *ara* – de pedra do tanque e a mesa de madeira que se colocava entre ele e a trave, libertava o vinho que escorria para o tanque, que funcionava à moda dos *laci* dos lagares cavados na rocha.



Figura 24 – Fuso e Peso – Marialva

10 – Quinta da Meia Légua (terreno da D. Paula – Marialva)

– 40° 53' 59" N

– 07° 14'03" W

Este lagar encontrava-se no interior de um «palhal», integralmente construído com blocos de granito e coberto a telha. A cobertura inicial era mais baixa, pelo que foi posteriormente alteado, razão que motivou a inclusão, inestética, de blocos de cimento e uma nova cobertura em telha actualizada.

Deste lagar nada resta no interior da construção. A única nota que explica a presença de um lagar neste local, é a abertura onde encaixava e era presa a cabeça do *prelum*.

III. Sepulturas cavadas na rocha

Sem querermos entrar em considerandos acerca da cronologia e das teorias acerca das suas tipologias – tudo ou quase tudo já foi dito acerca deste tema (Castillo, 1968, 835-845; Bolòs i Pagès, 1982, 59-103; Barroca, 1987; Almeida *et alii*, 1999, 179-207; Almeida, 1998, 201-210; Faria *et alii*, 1998, 211-219; Faria *et alii*, 1998, 230-237; Antunes *et alii*, 1998, 225-229), as sepulturas cavadas na rocha, que temos vindo a encontrar nesta área, são o reflexo de um povoamento que, de então para cá, teima em subsistir, ou seja, às povoações concentradas e arruadas, sucedem-se as casas de quintas espalhadas pela paisagem agrária, na sua grande maioria desabitadas.

Indício de povoamento concentrado parece ser o grupo de sepulturas situadas nas traseiras da capela de Nossa Senhora de Lurdes (Marialva) e, em certa medida, o núcleo principal de S. Sebastião (Rabaçal). Mais o primeiro, porque naquele espaço sempre se habitou desde a formação do castro de S. Justo – a manter-se a hipótese do castro ali estar efectivamente situado – até à actualidade. Nesse aspecto, estas sepulturas cavadas na rocha mais não são que o reflexo de uma pequena comunidade que poderá já congregar-se, nesta altura, em torno de um templo eclesiasticamente assistido.

Menos claro é o caso do núcleo de S. Sebastião.

É um facto indesmentível que em torno das sepulturas e dos lagares cavados na rocha, sobretudo do núcleo mais próximo à capela de S. Sebastião, não faltam vestígios tardo-romanos. A dificuldade está em associar uns com os outros, mesmo que as *tegulae* e os *dolia* perdurem até períodos muito próximos da Reconquista neste território. Esta aumenta ainda mais se quisermos apontar a existência de uma povoação, mesmo que exígua, neste pequeno vale, porque entre o espaço temporal que medeia entre a construção das mais recentes deste tipo de sepulturas (Barroca, 1987, 118) e a edificação da capela dedicada ao már-

tir S. Sebastião (XVI-XVII), vai um período talvez superior a trezentos anos. Em jeito de corolário diremos que pode haver afinidades cronológicas entre os vestígios cerâmicos, as sepulturas cavadas na rocha e mesmo os lagares, mas nunca, em uníssono, com os fornos de secar figos e, muito menos, de todos eles com a capela.

No espaço territorial de S. Sebastião, interessante do ponto de vista agrícola, não detectámos vestígios suficientemente credíveis e justificativos da presença de uma povoação concentrada. Tudo indica que a tipologia do povoamento fosse a dispersa, tal como ocorreu no espaço a Sul da Ribeira de Marialva, onde se localizam as sepulturas dos Almares. Em termos eclesiásticos isto poderá significar, à excepção do núcleo de Marialva, uma ausência de estruturação paroquial, como aliás já foi notado (Bolòs i Pagès, 1982, 63). Todavia e na linha de pensamento de Mário Barroca, nem sempre estes problemas são fáceis de tratar e de analisar, sem uma amostragem bastante mais vasta, capaz de permitir traçar quadros mais seguros.

As sepulturas que foram detectadas no decurso dos levantamentos dos lagares são na ordem das duas dezenas. A dificuldade na apresentação de um número total está precisamente no núcleo de Nossa Senhora de Lurdes, em Marialva. Aqui desenhamos três sepulturas, mas entre enterradas e danificadas, o seu número deverá rondar a dezena.

A associação entre vestígios cerâmicos conotados com a Romanização, as sepulturas cavadas na rocha e os lagares cavados na rocha é algo de interessante para o estudo do povoamento primitivo desta região, tal como o é, também, para o estudo de um certo tipo de viação. No caso específico das sepulturas, estas balizam um antigo caminho que fazia a ligação entre a povoação de Marialva e o Rabaçal e, quase de certeza, entre esta e a vila de Trancoso.

11 – Nossa Senhora de Lurdes (Marialva)

– Núcleo sepulcral

– 40° 54' 49" N

– 07° 13' 54" W

Este núcleo encontra-se na zona exterior, mas adjacente à muralha que cerca a vila de Marialva. Posteriormente, no final do século XIX, no espaço fronteiriço, foi erguida uma capela de invocação a Nossa Senhora de Lurdes, facto que deverá ter contribuído para a mutilação, senão mesmo a destruição, de algumas das sepulturas ali existentes. Algo de semelhante se deverá ter passado com a construção da muralha, que deverá ter atingido a monumentalidade que ainda ostenta no reinado de D. Dinis. Convirá notar que elas se localizam precisamente debaixo da torre sineira do convento dos Templários.

Presumimos que as sepulturas deste núcleo, entre intactas e mutiladas, sejam à

volta de sete. No escasso tempo que tivemos somente fizemos o levantamento de três, duas das quais são as que se conservam intactas. As restantes terão de esperar por uma melhor oportunidade.

Das três sepulturas, duas são de adulto e estão intactas. A terceira seria de adolescente, mas está de tal modo danificada que é impossível determinar a sua real configuração. Nas duas intactas e que podem considerar-se geminadas, são claros os contornos antropomórficos, sobretudo na cabeceira com arco em ferradura ou ultrapassado. Os pés têm um remate sub-rectangular e a sua orientação pode considerar-se de acordo às determinações canónicas: Oeste-Este (Fig. 25).

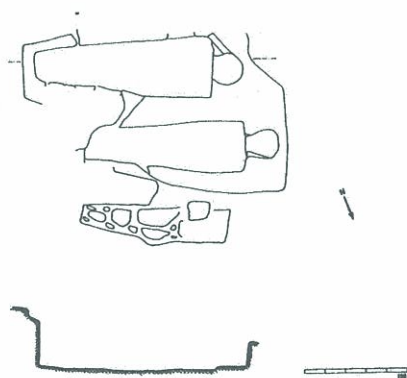


Figura 25

12 – Almares (Marialva)

– Sepultura nº 1

– 40° 53' 24" N

– 07° 13' 45" W

O sítio onde se encontra esta sepultura, mais os lagares já descritos, é genericamente conhecido por Almares, mas o topónimo mais restrito é Xó e mesmo Heróis, embora este sítio se encontre mais para junto da Ribeira de Marialva.

Esta sepultura está situada numa fraga naturalmente aplanada, entre os lagares 1 e 2. Tal como os lagares, está situada num terreno não cultivado, na berma de um pequeno pinhal, rodeada de giestas e outros arbustos rasteiros.

Apesar dos efeitos da erosão, esta sepultura pode considerar-se em bom estado de conservação. A única nota negativa está na parede dos pés que está bastante danificada.

Esta sepultura de adulto tem uma configuração sub-rectangular, com a cabeceira e os pés de contornos arredondados. Não tem sinal exterior de rebordo, embora a parede lateral pudesse funcionar como tal. A orientação – NE/SW – foge às regras estabelecidas (Fig. 26).

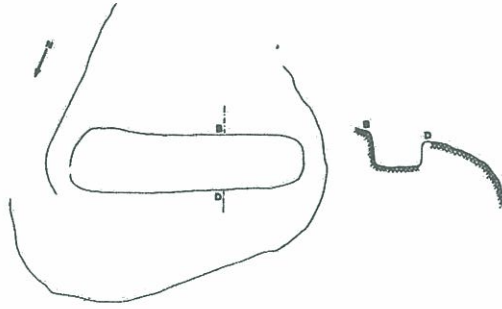


Figura 26

- Sepultura nº 2
- 40° 53' 22" N
- 07° 13' 45" W

Esta sepultura está situada num penedo isolado, junto a um muro que divide uma vinha do pinhal. A distância à sepultura anterior é da ordem das duas dezenas de metros, sendo bem visível, já que o batólito em que está inserida é o único existente na periferia do pinhal.

Trata-se de uma sepultura de adulto de forma ovalada e escasso declive entre a cabeceira e os pés. Possui rebordo lateral incipiente, sobretudo lateral. A sua orientação, embora seja Sudoeste-Nordeste, está pouco condizente com as normas canónicas. (Fig. 27). Daí que se possa admitir que esta tem mais a ver com o aproveitamento do penedo que, propriamente, com as directivas canónicas.

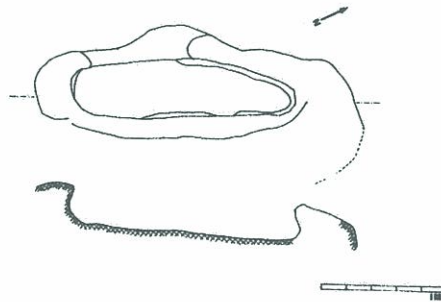


Figura 27

A escassos metros passa o caminho que unia Marialva, pela ponte medieval, ao Rabaçal.

- Sepultura n° 3
- 40° 53' 22" N
- 07° 13' 48" W

Esta sepultura está a Poente das anteriores, num maciço rochoso, ultrapassada que seja a pequena linha de água que divide em duas metades este espaço. Ali perto há um palhal destelhado e paredes de pedra solta. Junto dela, a 5 metros, encontra-se o lagar n° 3 e a uma vintena para Norte o lagar n° 4.

A sepultura em questão tem as paredes laterais muito desgastadas, mas mesmo assim a sua profundidade é muito diminuta; daí que se coloque a hipótese de não ter sido acabada (Fig. 28 e 29). A sua forma é sub-rectangular, de contornos arredondados, sobretudo a nível dos pés. A orientação é Sudoeste-Nordeste.

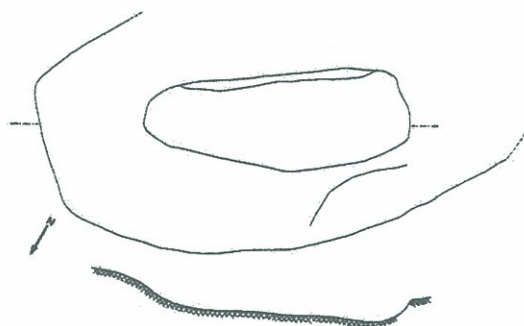


Figura 28



Figura 29 – Sepultura cavada na rocha n°3. Almares – Marialva

Embora um pouco mais distante que as anteriores do caminho, não deixa de estar em conexão com ele.

- Sepultura n° 4
- 40° 53' 20" N
- 07° 13' 54" W

De todas estas sepulturas esta é a que se encontra mais distante, pois está a meio caminho entre as sepulturas anteriores e os primeiros lagares da Quinta do Raças.

Está situada no interior de um campo de centeio, na berma de um caminho de servidão. Foi cavada no cimo de um penedo ovalado e tem a orientação canónica

correcta: Oeste-Este. Os seus contornos são ovalados, mas, no interior da cabeça, o encaixe para a cabeça, claramente rebaixado, indicia a tendência antropomórfica da sepultura. Exteriormente, pelo menos de um dos lados, há sinais de rebordo (Fig. 30 e 31).

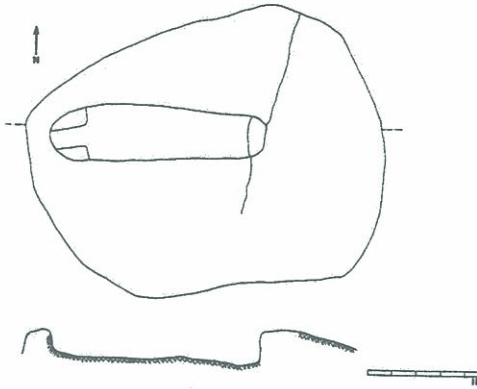


Figura 30



Figura 31 – Sepultura cavada na rocha n.º 4.
Almares – Marialva

IV. Sarcófagos avulsos

13 – Chão do Pio (Marialva)

– 40° 54' 22" N

– 07° 15' 16" W

Este sarcófago encontra-se na berma de um caminho de servidão de várias propriedades agrícolas situadas na área do Salgueiral, na encosta nascente da Quinta do Convento, portanto a Poente da povoação de Marialva, do outro lado da Ribeira que atravessa a veiga mais verdejante e produtiva deste espaço.

O sítio onde se encontra o sarcófago está no limite da freguesia do Rabaçal, a que pertence o dito convento, e a de Marialva, mais precisamente entre as Quintas do Prazo e da Abadia. No sítio onde se encontra o sarcófago há vestígios de muros, talvez de uma capela. Na propriedade vizinha há bastante pedra de construção, dois pesos de lagar e parte de umas alminhas. Não restam dúvidas

que estamos perante o traçado do antigo caminho que fazia a ligação entre a povoação de Marialva e o Convento dos Frades Franciscanos.

O sarcófago está partido. Mesmo assim dá para perceber que era uma peça de boa qualidade, mas de cronologia indefinida, porque desconhecemos como era a parte da cabeceira (Fig. 32).

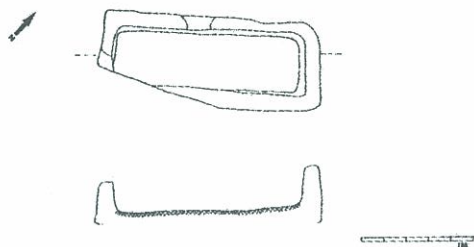


Figura 32

V. Alguns apontamentos

O levantamento e consequente estudo dos lagares cavados na rocha e de outras formas de povoamento, tão ou mais remotas que as diversas formas de fazer vinho ao longo dos séculos, tem já alguns anos nos concelhos da Meda, Vila Nova de Foz Côa, Alijó, S. João da Pesqueira e, mais recentemente, em Penedono e Sernancelhe. O nosso conhecimento tem vindo a avançar, mas continuamos com as mesmas dificuldades iniciais na atribuição cronológica dos muitos vestígios detectados, sobretudo os lagares e as sepulturas cavadas na rocha.

A dificuldade na obtenção de fundamentação cronológica, grosso modo, é de dois tipos: ausência de estratigrafias com materiais depositados capazes de apoiar uma datação credível e a perduração dos modelos, sobretudo nos lagares, até épocas bem recentes. Na maior parte dos casos, os lagares e as sepulturas aparecem-nos, salvo raríssimas exceções, em estado de entulhamento quase total, obra quase sempre recente, fruto de deposições acidentais, onde não há sequências estratigráficas e só excepcionalmente estão patentes alguns fragmentos cerâmicos. É certo que, nas imediações, em grande parte dos já assinalados, há vestígios cerâmicos conotados com a Romanização e ou a Alta Idade Média, mas como a tipologia permaneceu inalterável, até etapas bem recentes, a dúvida em atribuir uma cronologia é, não só lógica, como pertinente. Que o plantio da vinha começou a fazer-se na região do Douro em época romana não temos nós qualquer dúvida, atendendo à presença de grandes quantidades de *dolia* nas estações mais representativas da Romanização e sobretudo nos terrenos que margina muitos dos lagares cavados na rocha. Na falta da comprovação bibliográfica dos períodos em causa, a única via será a da comprovação arqueológica,

colhível, sempre que possível, em estações de época romana que possuam estruturas relacionadas com o fabrico do vinho. Neste domínio voltamos a relembrar a importância dos achados da Quinta do Noval (Alijó) (Severo, 1905-08, 263-269; Almeida, 1996, 266-269), da Fonte do Milho (Régua) (Cortez, 1951), Colodreira e Zimbro II (Coixão, 1996, 131 e 139) e, agora, no sítio do Olival dos Telhões, freguesia de Almendra, em escavações recentes dirigidas pela Dr.^a Susana Cosme.

Objectivamente, não podemos afirmar que não haja informação acerca do cultivo da vinha e mesmo para a sua comercialização para Antiguidade Clássica e mesmo para a Alta Idade Média (Godoy e Villela, 1986, 428-432). Há obras literárias importantes (Varrão, *De Rust.* 1, 81; 114, 4; Columela, *De Agric.*, Pref. 20; III: 2, 19; Plínio o Velho, *Nat. Hist.* XIV, 17; XVII: 166, 170, 249; Marcial, 26-VII e 53 XIII, 18; Sílio Itálico, *Púnica*, I: 228-235; Estrabão, *Geograf.*, III, 2, 6), mas, apesar da sua importância, não deixam de ser referenciais genéricos dedicados à Hispânia Romana, sobretudo à faixa mediterrânica, onde se situavam as grandes explorações agrárias – Sentromà (Tiana), Baetulo, Barcino, Sant Miquel (Vinebre), Manguarra, Can Bosch de Basea, Liédna, Aumedia, La Cocosa (Almeida, 1996, 18-30) – mais as unidades que procediam ao envasilhamento e exportação do vinho da região.

Quando iniciámos o estudo das estruturas vinárias desta parte do Alto Douro, deparamos com um escasso apoio documental e com enormes omissões na bibliográfica regional para épocas recuadas, mormente aquelas que mais nos interessam de momento: o período histórico que medeia entre a génese da Romanização e o fim da Alta Idade Média. Conhecem-se, é certo, algumas monografias, umas de carácter mais geral (Rodrigues, 1983; Sião, 1996), outras mais específicas, caso dos inventários arqueológicos da responsabilidade de J. Alarcão (1988) e de Sá Coixão (1996), mas em todas elas são escassas as referências aos sistemas de apoio à produção vinícola e nulas, por exemplo, no tocante à produção do azeite. Para esta importante actividade, qualquer informação terá de ser forçosamente colhida nos estudos etnográficos mais gerais, porque os levantamentos, esses não existem.

Ainda era desconhecido o levantamento de Sá Coixão para a zona do Côa (Coixão, 1996) e já nós iniciávamos um levantamento metódico das estruturas relacionadas com o fabrico artesanal do vinho na região fronteiriça, isto é, nos concelhos da Meda e de Trancoso. O mote veio-nos por duas vias: a leitura da obra de Vasco Rodrigues e a filtragem da cartografia local.

Na monografia publicada por Vasco Rodrigues sobre o concelho da Meda, o autor, que é natural da freguesia de Longroiva, indicava nada mais que quatro dezenas de lagaretas, só no aro da sua freguesia (Rodrigues, 1983, 162), o que se aceita, se nos inteirmos que mais de metade da sua área está coberta de vinha.

A cartografia (Fig. 1), por sua vez, também é deveras elucidativa, porque, para além das manchas vinícolas mais recentes, abundam as referências toponímicas – *mortórios* – a antigos cultivos em terrenos trabalhados em socalcos. Hoje são área de

mato ou, mais correctamente, espaços cobertos de giestas, mas, antes da filoxera ter destruído a viticultura duriense – tal aconteceu entre 1868 e 1893 (Liddell e Price, 1995, 20) – a que se seguiu o míldio, eram áreas de cultivo de vinha.

A listagem de estações relacionadas com a Romanização publicadas em estudo de síntese, por J. Alarcão (1988), mostrava grandes áreas potencialmente interessantes para a colonização de época romana, sem qualquer sinal de ocupação que se pudesse atribuir àquele período. Muito mais lacunar era a falta de informação no tocante ao povoamento da Alta Idade Média, quase sempre só visível através das sepulturas cavadas na rocha. Ora, como o estudo de Mário Barroca (1987) não cobriu territórios do Alto Douro, o conhecimento deste fenómeno além de parcelar era e ainda é quase sempre circunstancial.

A prospecção arqueológica, então iniciada em torno do concelho da Meda, sendo o mais metódica possível, acabaria por dar os seus frutos, com resultados positivos em todas as frentes de investigação – castros e ocupações com sinalética romana, lagares e sepulturas cavados na rocha, castelos e lagares relacionados com o fabrico do azeite – que têm vindo a ser regularmente publicados (Almeida, 1998, 201-210; Faria *et alii*, 1998, 211-219; Faria *et alii*, 1998, 230-237; Antunes *et alii*, 1998 (1), 220-224; Antunes *et alii*, 1998, 225-229; Santos e Rodrigues, 1998 (1), 238-250; Almeida *et alii*, 1999, 179-207).

Os castros desta região já eram conhecidos da bibliografia especializada (Silva, 1986; Alarcão, 1987; Coixão, 1996) e mesmo em alguma de carácter mais regional, caso da Monografia da Meda de Adriano V. Rodrigues. Este investigador, tendo bons conhecimentos de arqueologia, conseguiu fazer uma súmula bastante cuidada da situação histórico-arqueológica em torno da Meda, de Longroiva e de Marialva, fornecendo interessantes achegas para um conhecimento mais profundo da ocupação romana e pré-romana desta região. Os castros que indicava, salvo raras excepções, revelaram-se realidades fidedignas quanto à localização, embora nem sempre quanto ao tipo de ocupação e à diacronia. A ele se deve a destrinça de uma série de achados relacionados com a Romanização no perímetro de Marialva e a confirmação, já aventada por Jalhay (1950, 560-572), de que nesta localidade se situariam os *Aravi*, mais a indicação que o castro de S. Jurjo, em Ranhados, era o que apresentava o maior índice de Romanização de toda aquela região (Rodrigues, 1984, 58). Com tais argumentos não é pois difícil de aceitar que, naquele cabeço sobranceiro a uma linha de água, actualmente transformada em barragem, se localizasse a capital dos Medobrigenses (Alarcão, 1987, 4/58), algo com que R. Cortez não estaria de acordo, já que, para ele o sítio exacto era aquele onde está o castelo de Ranhados (Cortez, 1953, 506).

Uma das ilações a tirar dos castros desta região é que eles reflectem um povoamento bem disperso, centrando-se em torno dos sítios onde havia matérias-primas de certo interesse, caso do chumbo (Rodrigues, 1984, 72-

-73), mas e sobretudo na proximidade de solos com boa aptidão agrícola. Estão neste caso, os castros de S. Jurjo (Ranhados), Castelos (Marialva), Tapada (Longroiva), Pai Penela e Vale da Manta (Meda). Os restantes ou o não são – Santa Colomba, Santa Bárbara e Ranhados – ou, pelo espaço que os envolve e em que estão inseridos, tinham um outro tipo de vocação: pastorícia e recolção.

Se uma boa parte destes castros tem ocupações bem anteriores à Idade do Ferro, muito poucos as têm conotadas com a Romanização. Esta está mais patente nas encostas que antecedem os vales, nas colinas de média dimensão e nas planuras que bordejam as principais linhas de água. Exemplos típicos do que acabamos de afirmar são as ocupações da Devesa/Quinta da Leveira em Marialva (Rodrigues, 1984, 92-93; Alarcão, 1988, 4/66), Quinta de S. João na Meda ((Rodrigues, 1984, 102; Alarcão, 1988, 4/61; Almeida *et alii*, 1999 (1), 179-207) e de Vila Rica na Coriscada (Rodrigues, 1984, 87).

Foi na esteira destas e de outras informações que iniciámos o levantamento arqueológico da freguesia de Marialva. Toda a informação de interesse arqueológico, mesmo a mais recente, foi e tem vindo a ser recolhida. Foi através da recolha sistemática destes elementos que chegámos já um assinalável número de lagares e de sepulturas cavadas na rocha e ao rastreio de um bom número de locais com vestígios cerâmicos que podem ser conotados com a Romanização e que até aqui se desconheciam.

Do registo desta realidade resultou um conhecimento mais aprofundado desta região e permitiu, para já, explanar alguns considerandos que reputámos altamente pertinentes.

O primeiro item a ter em conta prende-se com o número de sítios onde se registam cerâmicas e estruturas romanas. É certo que nem todas serão do período imperial, algumas serão mesmo só do período visigodo, mas, independentemente do seu período cronológico, uma coisa é certa: aquele deserto que se julgava haver no povoamento de época romana resultava afinal de uma falta de informação e esta de um deficiente conhecimento do terreno.

A segunda ilação a tirar da investigação prende-se com o possível relacionamento entre os vestígios de época romana, os lagares cavados na rocha e entre eles e as sepulturas, também elas abertas na penedia. São vários os exemplos – Quinta da Leveira, Almares, Quinta da Meia Légua, Quinta de Moreiró, Quinta de S. João/Safarejo, Quinta do Falhas, Capela de S. Sebastião – em que os lagares cavados na rocha se encontram em áreas onde há vestígios de época romana ou da Alta Idade Média. Casos há em que a própria *tegula* aparece no interior dos *lacus* e outros em que nas imediações há suficientes vestígios de estruturas de construções – Quinta do Paço, Quinta de S. João e Quinta da Leveira – que podem ser relacionadas com *villae* ou modestos casais. Exemplos também não faltam – Almares, Quinta de Moreiró, Quinta do Paço, Capela de S. Sebastião – em que aos lagares e aos vestígios cerâmicos se associam as sepulturas cavadas na rocha.

Tudo isto terá uma mesma cronologia? Evidentemente que não.

É sabido que a cerâmica romana perdurou para lá do fim do Império, sendo produzida ao longo de uma boa parte do Reino Visigodo. O mesmo se poderia dizer da *tegula*, se esta não tivesse uma diacronia ainda mais lata: possivelmente até século IX (Almeida, 1997, Vol. 7). No tocante às sepulturas abertas na rocha, a sua cronologia pode situar-se entre o século VIII e o XIII (Barroca, 1987, 112-114).

Se há cronologias mais ou menos consistentes para os dois tipos de vestígios já assinalados, a que período atribuir os lagares cavados na rocha?

De todos eles, só um único nos forneceu uma datação segura. Trata-se do exemplar situado próximo à muralha de Marialva, o lagar da Fonte da Pipa que ostenta a data de 1700. Todos os demais tanto podem ser do mesmo período como mais antigos. Alguns serão de época romana, outros mais tardios. A dificuldade está em destrinçar uns dos outros, sabendo-se, para mais, que este modelo de lagar na zona mediterrânica é anterior à Romanização. Exemplares análogos vimo-los em Israel e a leitura do Antigo Testamento está pejada de referências a vinhas e aos lagares que nelas havia. Modelos semelhantes, só que mais recentes, também os há nas Canárias e tivemos oportunidade de os observar na Madeira.

A terceira ilação a aduzir, para já, é que os lagares cavados na rocha, mais que um referencial cronológico, são um ótimo meio para estabelecer um quadro económico e ocupacional de uma região que, devido aos condicionalismos geo-climáticos, sempre se mostrou difícil de analisar e de avaliar nas suas diversas componentes. A sua presença em pontos onde na actualidade só vegetam giestas e pinhais esparsos, é um claro indicativo da existência de vinhas em épocas mais distantes.

A quarta hipótese de trabalho está relacionada com a relação entre o local de fabrico e o sítio de armazenamento e estágio do vinho. Sendo as uvas cortadas, esmagadas e o bagaço prensado nos lagares localizados no interior e/ou na periferia das vinhas, está claro que o mosto teria de ser transportado para a povoação mais próxima, onde viviam os proprietários. Casos há em que a distância entre o local de pisa e prensagem e a casa de habitação se cifra em alguns milhares de metros. Os pequenos vinhateiros viviam concentrados nas aldeias; dispersas pela paisagem estavam somente as propriedades de maior valia económica. Estas, no entanto, tinham à sua disposição uma valia técnica de considerável interesse: os lagares de trave instalados no interior de uma adega, providos de grandes tanques para a fermentação conjunta do mosto com o bagaço. Algo que não ocorria no sistema anterior.

A última ilação está relacionada com os caminhos. Os de servidão local e os que faziam a ligação entre povoações adjacentes ou bem mais distantes. Seguir a pista das sepulturas cavadas na rocha e de muitos destes lagares, é identificar e decalcar uma via de interesse mais lato que a simples servidão, mas que foi ultra-

passada, já neste século, por novos e diferentes modelos de viação e de articulação regional.

Quando este projecto estiver mais avançado é natural que outras deduções possamos fazer e que algumas das interrogações, que agora a nós próprios colocamos, tenham já respostas mais positivas e concretas que aquelas com que agora contamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Jorge de – *Roman Portugal*. Warminster, 1988 (a).
- ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Publ. Europa-América, 1988 (b).
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas - Alijó*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 1, nº 1 (1996).
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*. Porto: FLUP, 1996.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O Cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro. Ponto da Situação*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 1, nº 2 (1996).
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SILVA, Luis Jorge S. Sacramento – *Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa – Meda)*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 3, nº 5 (1998).
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ANTUNES, João Manuel Viana; FARIA, Pedro Baère de – *Rastreio das antigas ocupações humanas no território meridional da Meda*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 4, nº 7 (1999).
- ANTUNES, João Manuel Viana; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de – *Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospecção arqueológica*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 3, nº 5 (1998).
- ANTUNES, João Manuel Viana; FARIA, Pedro Baère de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de – *Aspectos da história Antiga de Longroiva*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 3, nº 6 (1998).
- BARROCA, Mário Jorge – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XIII)*. «Portugália». Porto. Vol. 11-12 (1990-91).
- BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto, 1987.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa, 1999, vol. 2, nº 1.
- BLÁZQUEZ, J. M. – *La exportación del aceite hispano en el Imperio romano. Estado de la cuestión. Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad*. Madrid: Universidad Complutense, 1981.
- BOLÒS I MESCLANS, Jordi; PAGÈS I PARETAS, Montserrat – *Les sepultures excavades a la*

- roca. In «Necrópolis I Sepultures Medievales de Catalunya: Acta mediaevalia». Barcelona, 1982, Annex 1, p. 59-103.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila N. Foz Côa, 1996.
- CORTEZ, F. Russel – *As Escavações Arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1951.
- CORTEZ, F. Russel – *A localização dos Meidobrigenses*. «Zephyrus». Salamanca. Nº 4 (1953).
- CURADO, Fernando Patrício – *Fragmento de ara votiva de Marialva (Meda)*. «Ficheiro Epigráfico». Lisboa. Nº 11 (1985).
- FARIA, Pedro Baère de; ANTUNES, João Manuel Viana – *Rastreo das antigas ocupações humanas no território meridional da Meda*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 3, nº 5, (1998).
- FARIA, Pedro Baère de; BROCHADO, Cláudio Laranjeira – *Casteição, núcleo sepulcral de «Mosteiros»*. «DOURO – Estudos & Documentos». Vol. 3, nº 5 (1998).
- FEDELI, Enzo – *Tecnologia de Produção e de Conservação do Azeite*. In «Enciclopédia Mundial da Oliveira». Madrid, 1998.
- GODOY, Cristina; VILLELA, Josep – *Consideracions sobre la Vitivinicultura en Època Visigòtica*. In «El Vi a l'Antiguitat, I Colloqui d'Arqueologia Romana». Badalona, 1986, p. 438-442.
- GOMES, Rita Costa – *Os Castelos da Raia*. Lisboa: IPPAR, 1996. Vol. I: Beira.
- JALHAY, Eugénio – *Inscrições Romanas do Museu da Guarda*. «Brotéria». nº 50 (1950).
- LIDDELL, Alex, PRICE, Janet – *Douro. As Quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editores, 1995.
- REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras de Meda. Natureza e Cultura*. Meda, 1983.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos; RODRIGUES, Sandra Raquel – *Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda)*. «Douro – Estudos e Documentos». Vol. 3, nº 5 (1998).
- SEVERO, Ricardo – *O Castro de Vilarinho de Cotas*. «Portugália». Porto. 1ª Série, nº 2 (1905-1908).
- SIÃO, José – *Vila da Meda e seu Concelho*. Meda, 1996.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, 1986.